

21 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO  
**STJ acelerou  
anulação das  
provas contra  
filho de Sarney**

Evidências obtidas pela PF foram suspensas em poucos dias; casos semelhantes levaram até dois anos

O processo de anulação das provas da Operação Boi Barrica – que investigou Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney – levou apenas seis dias para ser relatado no Superior Tribunal de Justiça e foi julgado pela 6.<sup>a</sup> Turma do STJ em uma única sessão. Dois juízes tiveram de ser convocados para completar o quórum e viabilizar o julgamento. A mesma Turma levou dois anos para julgar o processo contra a operação Castelo de Areia – foram oito meses só para relatar o caso. Na Operação Satiagraha, por sua vez, o STJ anulou as provas após 1 ano e 8 meses. Ministros do tribunal levantam dúvidas sobre a celeridade do caso Boi Barrica, concluído semana passada.

● **Decisão contrária**

Ao anular quebra de sigilo de Fernando Sarney, o STJ desprezou diversos pareceres.

**CONTINUA**

21 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

**Judiciário.** Relator do caso no STJ demorou apenas seis dias para elaborar seu voto em prol dos réus, acusados de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e tráfico de influência; no caso de outra operação, a Castela de Areia, mesmo trâmite durou oito meses

# Processo que anulou provas da PF na Boi Barrica correu em tempo recorde

O julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que anulou as provas da Operação Boi Barrica tramitou em alta velocidade, driblando a complexidade do caso, sem um pedido de vista e aproveitando a ausência de dois ministros titulares da 6.<sup>a</sup> turma. O percurso e o desfecho do julgamento provocam hoje desconforto e desconfiança entre ministros do STJ.

Uma comparação entre a duração dos processos que levaram à anulação de provas de três grandes operações da Polícia Federal – Satiagraha, Castelo de Areia e Boi Barrica – explica por que ministros do tribunal reservadamente levantam dúvidas sobre o julgamento da semana passada que beneficiou diretamente o principal alvo da investigação: Fernando Sarney, filho do senador José Sarney (PMDB-AP).

A mesma 6.<sup>a</sup> Turma que anulou sem muitas discussões as provas da Operação Boi Barrica levou aproximadamente dois anos para julgar o processo que contestou as provas da Castelo de Areia. A relatora do processo, ministra Maria Thereza de Assis Moura, demorou oito meses para estudar o caso e elaborar seu voto.

O processo de anulação da Satiagraha tramitou durante um ano e oito meses no STJ. O relator, Adilson Macabu, estudou o

processo por cerca de dois meses e meio até levá-lo a julgamento. Nos dois casos, houve pedidos de vista de ministros interessados em analisar melhor o caso.

O relator do processo contra a Operação Boi Barrica, ministro Sebastião Reis Júnior, demorou apenas seis dias para estudar o processo e elaborar um voto de 54 páginas em que julgou serem ilegais as provas obtidas com a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados. E de maneira inusual, dizem ministros do STJ, o processo foi julgado em apenas uma sessão, sem que houvesse nenhuma dúvida ou discordância entre os três ministros que participaram da sessão.

O caso chegou ao STJ em dezembro de 2010. No dia seguinte, a liminar pedida pelos advogados foi negada pelo então relator do processo, o desembargador convocado Celso Limongi. Em maio deste ano, Limongi deixou o tribunal. Reis Júnior foi empossado em 13 de junho e no dia 16 soube que passaria a ser o responsável pelo processo.

Apenas três ministros participaram da sessão da 6.<sup>a</sup> Turma da semana passada. Um deles foi escolhido de outra turma para completar o quórum e viabilizar o julgamento. Somente Reis Júnior e

o desembargador convocado Vasco Della Giustina integravam originalmente a 6.<sup>a</sup> Turma.

O recém-empossado Marco Aurélio Bellizze, da 5.<sup>a</sup> Turma, foi convocado para completar o quórum e viabilizar o julgamento. Juiz de carreira, ele contou com o apoio do governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), durante a disputa pela vaga no STJ.

Senadores que sabatinaram Bellizze afirmam que ele contou ainda com a articulação de Sarney para acelerar sua aprovação no plenário do Senado. A oposição estava barrando a sabatina do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Enquanto ela não fosse feita, a indicação de Bellizze e de outro ministro do STJ – Marco Aurélio Buzzi – ficaria parada. Senadores disseram ter recebido apelos de Sarney para que liberassem a pauta e aprovassem Bellizze e Buzzi.

Os outros dois titulares da turma decidiram não participar do julgamento. Maria Thereza de Assis Moura se declarou impedida. Og Fernandes havia se declarado suspeito e também não participou desse julgamento.

**CONTINUA**

21 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

**Outro lado.** “Neste julgamento, assim como em qualquer outro do qual participei ao longo dos meus mais de 20 anos de magistratura, proferi meu voto por considerar que os elementos colocados no processo eram claros o suficiente para balizar meu entendimento”, argumentou Belizze. “Não guio os meus votos por influências políticas. Por isso, não considero que minha isenção esteja em questão.”

“Antes de escrever meu relatório, estudei cuidadosamente os autos. Não poderia proceder de outra forma. Só para se ter uma ideia, em agosto proferi mais de 1.400 decisões entre monocráticas e de turma”, defendeu-se Reis Júnior. “O processo em questão entrou na pauta de acordo com o ritmo e trâmite normais do meu gabinete e do STJ.”

### TRÂMITES

O relator preparou o voto de 54 páginas em uma semana. Compare as operações:

● **Castelo de Areia**  
2 anos de tramitação do processo de pedido de anulação das provas (maio de 2009 a abril de 2011)

● **Satiagraha**  
1 ano e 8 meses de tramitação do processo de pedido de anulação das provas (outubro de 2009 a junho de 2011)

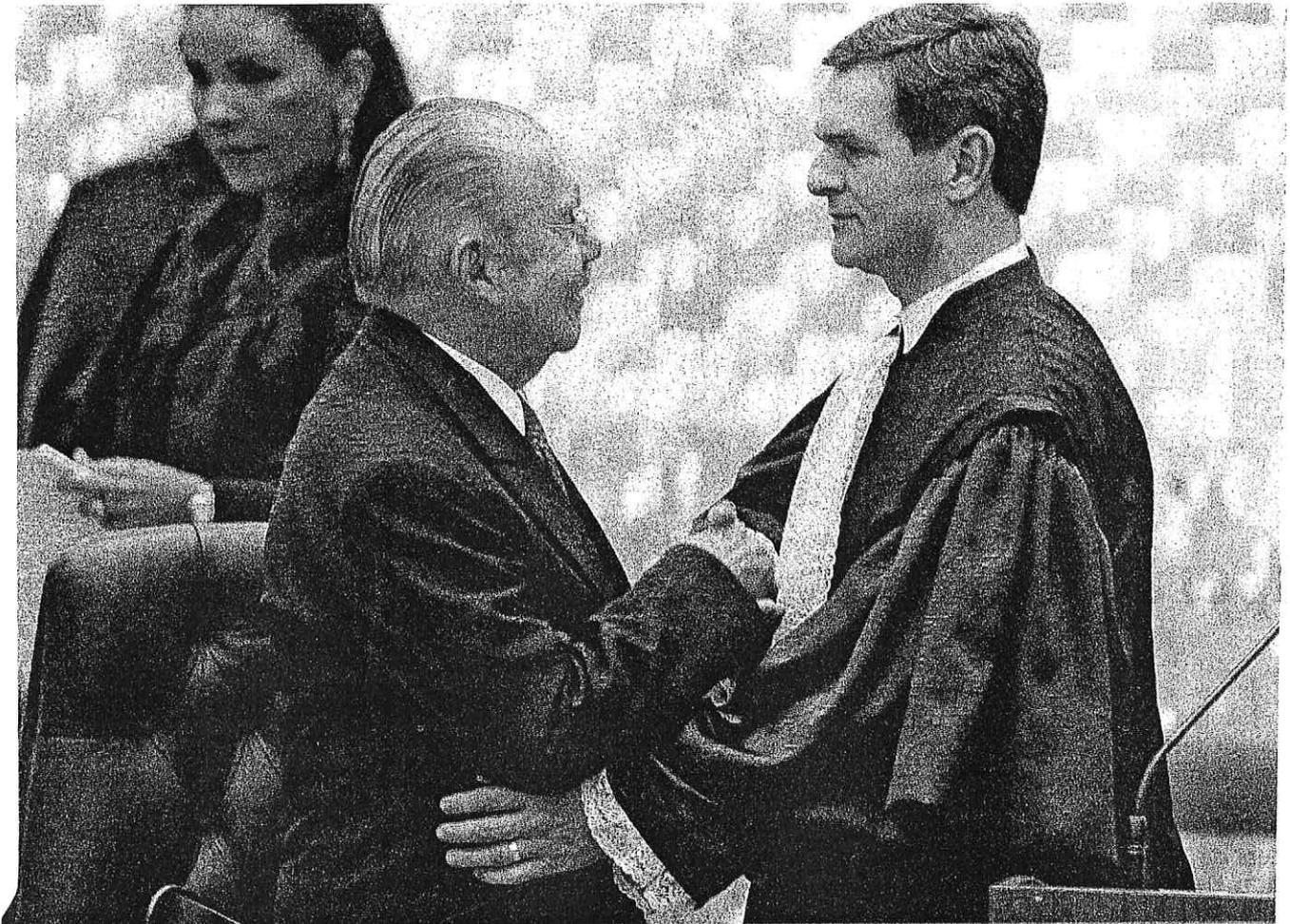
● **Boi Barrica**  
9 meses de tramitação do processo de pedido de anulação das provas (dezembro de 2010 a setembro de 2011)

CONTINUA

21 SET 2011

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



**Posse.** O presidente do Senado, José Sarney, cumprimenta o ministro Belizze na cerimônia de sua posse no STJ

## FÓRUM DOS LEITORES

### **CORRUPÇÃO** **Boi Barrica**

Ao ler a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de invalidar as provas contra a família Sarney, lembrei-me de uma máxima popular: "Bom advogado conhece a lei. O melhor advogado conhece o juiz".

**LUIZ BIANCHI**

luizbianchi@uol.com.br  
São Paulo

### **UNE**

O STJ acode o clã Sarney ou, na realidade, dá proteção total aos clãs lulista e sarneyista? A UNE poderia manifestar-se nas ruas e tentar fazer algo pelo País e pelo povo brasileiro, contra a corrupção, não fosse hoje apenas um tentáculo petista palaciano

**ALCYR PEREIRA**

consultor-ap@hotmail.com  
Igarapava

CONTINUA

### STJ desprezou parecer do MP e decisões de outros tribunais

Justiça de primeira instância, TRF e Ministério Público aceitaram como prova relatório do Coaf que viu indícios de crime

Ao anular a quebra de sigilo bancário e fiscal do empresário Fernando Sarney na Operação Boi Barrica, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) desprezou parecer do Ministério Público e decisões do Tribunal Regional Federal e da Justiça de primeira instância. Esses três órgãos aceitaram como prova o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontou indícios de crime em três movimentações financeiras atípicas, no montante de R\$ 2 milhões, feitas pelo empresário e sua mulher, Cristina Murad, em 2006.

O Relatório de Inteligência Financeira (RIF), cuja importância foi minimizada pelo STJ, faz parte da rotina policial em todo o País e compõe mais de 80% dos inquéritos que envolvem crimes financeiros, segundo delegados da Polícia Federal ouvidos ontem pelo Estado.

A comunicação do Coaf foi feita em 1.º de novembro de 2006 e ensejou a abertura do inquérito, reforçado mais tarde por outras provas, como os diálogos telefônicos interceptados com ordem judicial e documentos apreendidos. O dinheiro, segundo o relatório, foi sacado em uma factoring ligada à família Sarney às vésperas do segundo turno da eleição para o governo do Maranhão, vencida por Roseana Sarney, irmã de Fernando. Os dois são filhos do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Previsto na Lei 9.613, de 1998, que tipifica o crime de lavagem de dinheiro, o RIF é prática rotineira nos inquéritos sobre cri-

mes financeiros, como lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, desvio de verba pública e corrupção. Pela assessoria, a PF informou que, por norma operacional, usa o relatório do Coaf como parte do conjunto de provas dos seus inquéritos, mas não única.

Pela lei, bancos, cartões de crédito, factorings e demais instituições financeiras são obrigadas a comunicar ao Coaf qualquer transação acima de R\$ 100 mil e também movimentações consideradas atípicas. A medida vale também para imobiliárias e estabelecimentos comerciais que fazem transações com altos valores, como lojas de joias e loterias.

O Coaf faz então um filtro mais acurado e, quando identifica indícios de crime, comunica ao Ministério Público e à Polícia Federal. A PF, por sua vez, cruza o dado recebido com seu banco de dados criminais para ver se há inquérito aberto ou outra informação que, em conjunto, motive o aprofundamento da investigação. As demais comunicações ficam arquivadas no Coaf para futuras requisições.

As chamadas "pessoas obrigadas" (físicas e jurídicas) têm o dever de comunicar ao Coaf as operações suspeitas. Por exemplo, uma conta com movimentação mensal de 20 mil, que pula para 200 mil num único mês, sem razão aparente. No caso de uma imobiliária, é atípico pagar, em espécie, um apartamento de R\$ 2 milhões.

A jurisprudência dos tribunais, tanto superiores como de primeiro e segundo grau, aceitam o RIF como prova, mas muitos o rejeitam como elemento exclusivo da investigação.

# 21 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### SÔNIA RACY

#### **Sim e não**

Depois de ver indeferidos seus pedidos de passagens e diárias para realização de inspeções nos Estados, **Eliana Galmon**, corregedora do CNJ, foi ter com **Fernando Marcondes**, secretário geral do Conselho: “Não posso parar meu trabalho. Se precisar, vou usar minhas milhas e pagar o hotel com dinheiro do meu bolso”.

Surtiu efeito: Marcondes explicou que os indeferimentos se deviam à contenção de gastos e reabriu a torneira.

#### **Sim e não 2**

Na alta corte, corre que a convivência entre **Eliana** e **Cezar Peluso**, presidente do STF e do CNJ, é algo conturbada. “Isso não existe. Minha relação de amizade com o Peluso é muito boa”.

O Supremo julga, hoje, o fim da resolução que dá poderes investigativos ao Conselho.

21 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

# Crack já se iguala ao álcool em nº de atendimentos em cidades médias de SP

Droga supera todas as ilícitas em registros médicos de todo o Estado; estudo revela ainda que 3% dos usuários têm entre 9 e 15 anos

Em cidades paulistas entre 50 mil e 100 mil habitantes, o atendimento a usuários de crack já se iguala ao de viciados em álcool na rede pública de saúde (38% cada). As pedras lideram também o ranking das drogas ilícitas que levam os usuários a procurar ajuda na rede pública em todo o Estado. Os números foram divulgados ontem pela Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, da Assembleia Legislativa.

Todos os municípios receberam questionários. Das 645 cidades paulistas, 325 responderam às dez perguntas enviadas pelos deputados estaduais, representando 76% da população do Estado (cerca de 32 milhões de habitantes). "Temos argumentos de sobra para desenvolver estratégias contra o crack", afirma coordenador da comissão, Donisete Braga (PT).

O álcool ainda lidera o número de atendimentos no Estado como um todo, representando 49% das pessoas que buscam ajuda. Mas o crack vem logo em seguida, com 31%, seguido da cocaína (10%), maconha (9%) e das drogas sintéticas (0,59%).

A preocupação é grande porque, além da interiorização da droga, a pesquisa revela que crianças e adolescentes já fazem

uso do crack. A faixa etária que vai dos 9 aos 15 anos representa 3% da população atendida nos serviços de saúde por causa do uso da pedra.

**Recursos.** A falta de dinheiro para combater o consumo de crack também foi apontada pelos municípios como um dos problemas a serem resolvidos. Somente 5% das prefeituras responderam que recebem recursos diretos do governo estadual para tratar seus dependentes. Apenas 12% afirmaram que o governo federal colabora nos tratamentos.

A Frente Parlamentar apresentou uma emenda de R\$ 400 milhões para os próximos quatro anos ao plano plurianual do governo estadual para um programa que prevê fortalecimento do combate e da prevenção ao álcool e outras drogas. O resultado da pesquisa foi entregue ontem à Secretaria de Segurança.

**Repasse.** A Secretaria de Estado da Saúde afirma que os valores gastos pela pasta para a assistência a dependentes químicos no Estado não são utilizados na forma de repasse direto aos municípios, mas por meio de capacitação de profissionais dos Caps Ad (Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) municipais, internação de pacientes por doenças decorrentes do abu-

so de álcool e drogas, atendimento para casos agudos em hospitais estaduais e conveniados com a Secretaria e internação de dependentes em serviços de saúde financiados exclusivamente com recursos estaduais.

O Ministério da Saúde afirmou que as reivindicações devem ser discutidas, num primeiro momento, em âmbito regional, entre municípios e o Estado, para depois serem levadas até Brasília.

**CONTINUA**

# Região de S. José dos Campos tem quadro mais grave

Frente Parlamentar destaca uso excessivo de crack sobretudo por cortadores de cana; indústria nega qualquer incentivo ao vício

O avanço do crack foi notado principalmente em cidades das regiões nordeste, central e do Vale do Ribeira, onde o número de usuários que procuraram a rede de saúde em busca de tratamento já é igual ou até mesmo superior ao dos alcoólatras. Durante a apresentação dos resultados, a Frente Parlamentar também apontou o consumo da droga entre cortadores de cana de açúcar como motivo de preocupação em todo o Estado.

Nas cidades próximas de Barretos, o crack já é responsável por 33% das pessoas atendidas por consumo de drogas, ante 25% daqueles que buscaram ajuda ou necessitaram de auxílio por culpa do álcool. Os dependentes de crack (45%) também superam os alcoólatras (40%) entre aqueles que passaram por serviços de saúde na região central, que têm entre as maiores cidades Araraquara e São Carlos.

Na região de Ribeirão Preto, o crack divide com o álcool a necessidade de atenção das autoridades de saúde. Cada uma das substâncias responde por 33% do número de usuários que buscaram ou necessitaram de algum tipo de atendimento. Também é a localidade do Estado onde se fez mais presente o tratamento de dependentes de drogas sintéticas, como ecstasy (4%).

**Cana de açúcar.** Os deputados indicam também que há uma convivência dos setores produtores de cana de açúcar com o uso de crack. “Hoje há uma certa liberação para que esse trabalhador das usinas possa trabalhar por 14, 15 horas, consumindo crack. Há um grande poder físico de produção e, depois de quatro ou cinco anos, morrem ou são afastados”, afirma o coordenador da Frente Parlamentar, Donisete Braga (PT).

Questionada, a União da Indústria da Cana de Açúcar (Unica) disse considerar absurda qualquer insinuação de que empresas do setor sucroenergético paulista estejam incentivando o uso de drogas ilícitas de qualquer tipo e com qualquer finalidade. Também criticou a pesquisa, dizendo que não há metodologia ou margens de erro que permitam chegar a conclusões como a citada por Braga. Disse ainda que tratam situações isoladas como se fossem norma dentro de um setor inteiro. A Unica respondeu também que recomenda às empresas do setor sucroenergético o cumprimento integral das leis trabalhistas e dos acordos coletivos de trabalho.

**Inversão.** Popularidade, menor custo em relação a outras drogas e alto poder de dependência são os principais fatores que invertiram a ordem de atendimentos nos últimos anos no Centro de Atenção Psicossocial de São José dos Campos, onde o álcool já chegou a ser responsável por 80% dos atendimentos.

Segundo Patrícia Minari, coordenadora do Caps, 80% dos de-

pendentes atendidos pelo centro são homens de até 35 anos, geralmente com uma família desestruturada, sem emprego. “Temos outros casos, até mesmo de pessoas com boa situação e família, mas o perfil ao qual a droga leva é degradante.” A procura por tratamento aumentou acentuadamente nos últimos dois anos. Deixar o vício não é tarefa fácil. “O crack tem um potencial de deixar a pessoa dependente rapidamente. É uma droga altamente destrutiva.”

**Leitos.** Outro dado que chamou a atenção foi a falta de leitos para tratamento na maioria dos municípios paulistas. Entre aqueles que responderam, 79% afirmaram não ter onde internar os pacientes, caso exista a necessidade. Em 54% dos municípios, mais da metade dos dependentes volta a usar a droga após o tratamento.

**CONTINUA**

# 21 SET 2011

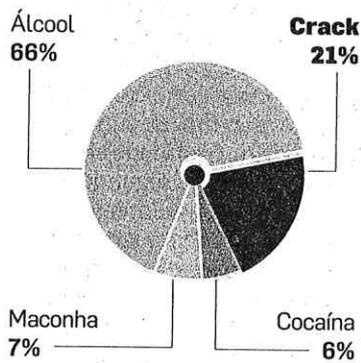
## O ESTADO DE S. PAULO

### AVANÇO DO CRACK CONTINUAÇÃO

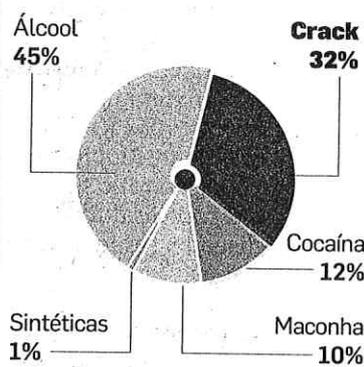
● Proporção de atendimentos de usuários de crack é maior em cidades médias

#### Tipo de droga por tamanho de cidade

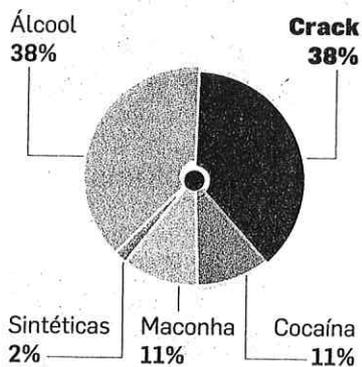
##### Até 5 mil habitantes



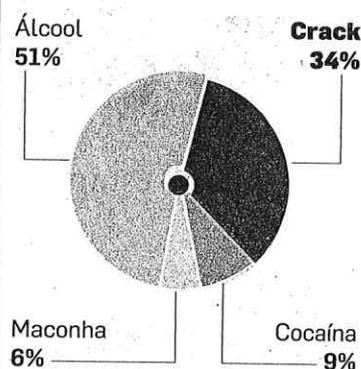
##### 5 mil a 50 mil



##### 50 mil a 100 mil



##### Acima de 100 mil



#### Percentual de atendimento por crack

São José dos Campos	47,6
Central	45
Baixada Santista	44,4
Registro	40
Bauru	39
Barretos	33,3
Ribeirão Preto	33
Sorocaba	33
Araçatuba	32,4
Franca	32
Campinas	30,7
São José do Rio Preto	28
Presidente Prudente	25
Marília	21
Região Metropolitana	17

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 SET 2011

## Juiz de Bauru recebe 1 pedido de internação compulsória por dia

Na região de Bauru, o crack já é apontado como a droga mais usada – 39% dos casos, seguido pelo álcool, com 37%. As estimativas indicam que há 2 mil usuários de crack no município, que se reúnem sob dois viadutos da cidade. E a cada dia a 2.ª Vara da Família recebe pelo menos um pedido de internação compulsória. “Entrei ontem aqui em substituição ao juiz titular e já recebi um pedido de liminar para internação”, surpreende-se o juiz substituto da 2.ª Vara, Alexandre Vicioli.

Ele, que é juiz titular na área criminal, diz que a maioria dos processos que tramitam ali já têm o crack como protagonista. “Ele é objeto do crime ou desencadeou o crime, em casos de roubos e furtos”, diz.

Uma das famílias que enfrenta o problema é a da dona de casa M. C. S., que pediu a internação do filho R., de 23 anos, usuário de crack desde os 15 anos. “Não aguento mais essa situação.”

Dois hospitais, em Jaú e Botucatu, prestam o atendimento aos usuários de toda a região. Mas o vice-presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Bauru, Alessandro Cunha Carvalho, ressalta que o problema é a falta de estrutura para o acolhimento das pessoas que seguem nas ruas. “Faltam abrigos para todos os usuários, não só de crack, mas de todas as drogas. São muitos para poucos abrigos.”

**Ação na rua.** Preocupada com a situação, a prefeitura de Bauru decidiu até colocar equipes de rua, em um total de 50 pessoas, para recolher os usuários sob dois viadutos – na Avenida Juscelino Kubitschek, já chamada de

“cracolândia de Bauru”, e na Avenida Nuno de Assis, para onde os viciados se mudaram depois que a Prefeitura passou a fiscalizar a área anterior, ao lado da Polícia Militar.

Na madrugada do dia 6, por exemplo, 35 usuários que estavam sob o viaduto da Nuno de Assis, foram recolhidos – 25 deles eram reincidentes. “Eles tinham idade entre 18 e 35 anos”, diz a secretária de Bem-Estar, Darlene Tendolo. “A gente aborda, identifica e depois fazemos um trabalho de fortalecimento familiar, com acompanhamento dos familiares”, diz. A próxima ação deverá ser realizada no Terminal Rodoviário de Bauru, dentro de 15 dias.

### ● Região Metropolitana

Nas cidades da Grande São Paulo, o álcool aparece na liderança entre aqueles que passaram por serviços de atendimento (61%). O crack e a cocaína vêm em seguida, com 17% cada.

# 21 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### MP põe 385 mil assinaturas do PSD sob suspeita

Cerca de 385 mil assinaturas de apoio à criação do PSD são suspeitas, na opinião do Ministério Público Eleitoral. Em parecer encaminhado ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a vice-procuradora-geral eleitoral, Sandra Cureau, reafirma que, do jeito que está, o partido não pode ter registro. Ela diz que apenas 220 mil assinaturas tiveram a autenticidade comprovada. Para criar uma legenda são necessárias pelo menos 482.894 assinaturas de apoio.

Advogado do PSD, Admar Gonzaga sustenta que a sigla já obteve 585.707 assinaturas "fora as que ainda estão chegando". Por causa das supostas irregularidades, Sandra Cureau pede pela terceira vez que o TSE converta o processo em diligência. Se esse pedido não for aceito, ela defende a recusa do registro. A conversão em diligências atrasaria um processo que já está apertado.

Para conseguir lançar candidatos na próxima eleição, o PSD tem de estar com o registro e políticos filiados até 7 de outubro. Isso ocorre porque a legislação eleitoral estabelece que o processo tem de ser concluído com pelo menos um ano de antecedência à eleição - que, em 2012, está marcada para 7 de outubro.

"Não houve o atingimento do número mínimo de apoiantes para a criação do novo partido, pois somente estão certificadas, na forma da resolução TSE 23.282/2010, 220.305 assinaturas, quando são necessárias 482.894, segundo informações obtidas junto ao sítio eletrônico desse Tribunal Superior Eleitoral", sustenta a vice-procuradora.

Pela legislação, o número mínimo de assinaturas em apoio à criação de um partido deve ser comprovado por certidões expedidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Em vários Estados, como São Paulo, as certidões foram expedidas por zonas eleitorais e não pelos tribunais, segundo Sandra Cureau.

### Justiça baiana rejeita recursos dos Odebrecht

Tiago Décimo / SALVADOR

A Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia rejeitou, em audiência realizada ontem, dois embargos de declaração apresentados pela Kieppe Participações e Administração Ltda, empresa da família Odebrecht, no processo judicial em que estão sendo disputados 20,6% das ações do Grupo Odebrecht, hoje pertencentes à Graal Participações Ltda, holding da família Gradin.

Nos pedidos de embargo derubados pela Justiça, os advogados da Kieppe reivindicavam a extinção do pedido dos Gradin de instaurar a arbitragem para

definir a posse das ações e a liberação da tomada, por parte dos Odebrecht, das ações pertencentes à Graal - podendo, para isso, usar os próprios meios judiciais.

Com a decisão, a ação volta ao ponto inicial, quando a juíza da 10.<sup>a</sup> Vara Cível de Salvador, Maria de Lourdes Oliveira Araújo, determinou, em dezembro do ano passado, a realização de uma audiência de conciliação. O encontro, que ainda não tem data para ocorrer, serve para que as partes escolham qual o método de solução da questão, se por arbitragem ou por mediação. Caso as partes não consigam chegar a um acordo, a Justiça pode definir qual o caminho a seguir.

A ação, porém, continua parada: com o pedido de suspeição contra a juíza Maria de Lourdes, em maio, o caso ainda precisa ser analisado pelo TJ antes de o processo ter andamento.

### Docente do Mackenzie é afastado

Após ameaçar dar voz de prisão a uma aluna no fim de agosto, o professor de Direito Paulo Marco Lima, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, está afastado das atividades acadêmicas.

Segundo a universidade, o docente está afastado temporariamente, enquanto dura a apuração da corregedoria. A decisão

sairá quando terminar o processo administrativo disciplinar.

O caso ocorreu em 26 de agosto, após uma aluna do 5.<sup>o</sup> semestre ter discordado de sua metodologia. Em meio ao bate-boca, Paulo Marco, que é procurador de Justiça, teria chamado seguranças e ameaçado dar voz de prisão. De acordo com o docente, a aluna estava descontrolada e poderia atacá-lo fisicamente.

### • Santo remédio TUTTY

#### "BEBE UM NEGOCINHO PARA ESQUENTAR!"

Lula, ao telefone, ensinando a presidente Dilma a combater o "friozinho na barriga" natural em dia de estreia na Assembleia-geral da ONU.

#### "Disponha!"

De Dilma Rousseff, no encontro com Obama, que passou boa parte do tempo se queixando de dificuldades para aprovar qualquer coisa no Congresso americano: "Se quiser, eu te empresto o PMDB!"

# 21 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### PRESO ATUALIZAVA FACEBOOK DA CELA

Detento acusado de tráfico de drogas em cidade gaúcha fazia amigos e postava fotos pelo celular

**A**gentes penitenciários do Presídio Regional de Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul, recolheram segunda-feira à noite celular e chip que um preso usava, da cela, para fazer amizades e postar seus dados e fotos em redes sociais da internet, como Facebook.

Segundo o titular da 4.<sup>a</sup> Delegacia Penitenciária Regional, José Frighetto, o Serviço de Inteligência, que já investigava o caso, recebeu denúncia anônima de que as redes sociais eram acessadas de dentro da casa de detenção por Herbert Mozert Zimmermann Moreira, de 28 anos, preso desde dezembro sob acusação de tráfico de drogas. Os agentes encontraram o aparelho e, o que é mais raro, o chip.

Feito o registro policial, o equipamento foi recolhido e o acusado de uso irregular, colocado em isolamento por dez dias. A polícia investiga como o celular chegou à cela, como era usado e se houve participação ou negligência de funcionários da cadeia. A perícia também vai analisar o conteúdo das mensagens enviadas e recebidas.

Segundo o delegado, análise inicial mostra que o presidiário usava as redes sociais para se comunicar com parentes, amigos e

exibir fotos. “Em um primeiro levantamento não se observou relação com delitos”, afirmou o delegado, em referência às postagens que exibem imagens de visitas de parentes e do pátio do presídio e às mensagens que buscam amizades. O resultado da investigação será remetido à Justiça para avaliação. O juiz decidirá pela aplicação de sanções disciplinares ou não ao preso.

Embora seja o primeiro caso de acesso a redes sociais de dentro de uma penitenciária de Passo Fundo, a apreensão de celulares é bastante comum em todo o Rio Grande do Sul. Frighetto afirmou que já houve casos de varreduras feitas pela manhã, à tarde e à noite e nas três ocasiões foram encontrados aparelhos com presidiários.

Uma tática comum nas cadeias é esconder o chip e esperar por novos aparelhos que, muitas vezes, são lançados de fora dos presídios, por cima dos muros.

# TJ do Paraná é o 2.º do país que mais autoriza grampos

Das 17,1 mil interceptações legais realizadas no país em agosto, 1,3 mil foram realizadas no Paraná. Anulação de escutas está no centro de uma polêmica

Da Redação, com Agência Estado

A Justiça autorizou o monitoramento de 17.122 linhas telefônicas em agosto de 2011 em todo o país. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) foi o campeão de escutas autorizadas: 2.690 escutas. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), com 1.349, é o segundo órgão do Judiciário brasileiro com mais autorizações.

A reportagem da *Gazeta do Povo* procurou o TJ-PR para comentar o número de autorizações de escutas telefônicas, mas o responsável está em férias e o órgão informou que não poderia se manifestar sobre o assunto.

Na esfera da Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1) realizou o maior número de escutas: 840. Os dados, divulgados ontem, são do Sistema Nacional de Controle das Interceptações Telefônicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo relatório do CNJ, o número de escutas autorizadas em todo o país é inferior ao verificado no mesmo mês do ano passado, quando 17.417 linhas foram grampeadas.

O estudo inclui o monitoramento de ligações feitas via internet. Em agosto, 750 telefones Voip



Sede do TJ-PR: segundo em escutas, atrás apenas do TJ paulista.

foram monitorados no país — sendo 120 somente no estado de São Paulo.

O relatório também revelou números de monitoramento de endereços eletrônicos e e-mails. Em agosto, 320 endereços eletrônicos estavam sob monitoramento por decisão da Justiça, sendo a maior parte em São Paulo (87), seguido de Pernambuco (24), e Mato Grosso (23).

## Polêmicas

Gravações telefônicas autorizadas pela Justiça estão no centro de polêmicas. Recentemente, tribunais superiores têm anulado provas obtidas em operações da Polícia Federal por meio de grampos legais sob a argumenta-

ção de que a autorização das interceptações não obedeceu todos os critérios legais.

Na semana passada, foram dois casos, um no Paraná. Uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) anulou as provas obtidas pela Operação Dallas por meio de escutas telefônicas e interceptação de e-mails. A operação foi desencadeada pela PF em janeiro para investigar supostas fraudes cometidas no Porto de Paranaguá.

Já o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou as provas da Operação Faktor (antiga Boi Barrica), na operação que investigou irregularidades cometidas pelo empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

21 SET 2011

Entrevista

GAZETA DO POVO

# ! "Brasil vive luta de classes no trânsito"

**Roberto DaMatta,**  
Antropólogo especialista em  
comportamento de trânsito

Katia Brembatti

É possível entender uma sociedade a partir das atitudes que as pessoas têm no trânsito. Essa é a opinião do antropólogo carioca Roberto DaMatta, para quem o número de 40 mil mortes ao ano em acidentes automobilísticos no Brasil é um indicativo de que algo vai mal na educação e na cultura dos motoristas. O escritor explica que a sensação de superioridade diante dos demais motoristas é predominante nas ruas. Ele entrevistou diversos motoristas para um programa de trânsito do Espírito Santo e traçou um perfil das pessoas que estão diante do volante.

DaMatta esteve em Curitiba para conversar com leitores sobre o livro *Fé em Deus e pé na tábua – ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil*, lançado no ano passado. Em um bate-papo com a Gazeta de Povo, ele fala da impunidade e da dificuldade em lidar com as frustrações comuns no trânsito e na vida.

**O brasileiro merece a fama de ser um dos piores motoristas do mundo?**

Em termos de técnica de dirigir estão aí os pilotos brasileiros na Fórmula 1 para comprovar que não. Mas, se você olhar de um certo ângulo, é o pior motorista do mundo porque tem total descaso pela igualdade, pelo espaço público. Há uma dificuldade de construir a consciência do espaço público, do respeito à calçada, como um lugar que pertence a todo mundo e, portanto, os direitos e deveres no uso do espaço são regulados pelo comportamento dos outros.

**Que aspectos definem o perfil do motorista brasileiro?**

É propenso a correr risco e é agres-

sivo. Chama muito a atenção a agressividade porque esse motorista, ao sair do carro, se torna uma pessoa cordial. E se ele reconhecer o outro motorista, ele deixa de ser agressivo. Se houver algum sinal de personalização, como abrir a janela e fazer um sinal dizendo que precisa mudar de pista, o outro deixa entrar com civilidade.

**A cordialidade do brasileiro, definida pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, não vale para o trânsito?**

A cordialidade brasileira vem do coração. Mas o trânsito contraria essa máxima porque é impessoal. E a pessoa não entende que o sinal vermelho não muda por causa dela.

**Já virou folclore a noção de que a mulher no trânsito sofre com a falta de percepção espacial e que o homem é caracterizado pela atitude agressiva. Afinal, qual gênero vai melhor no trânsito?**

Não vejo um melhor que o outro. As mulheres são mais cautelosas, principalmente porque muitas mulheres dirigem para levar os filhos para a escola. E elas não têm tanta disponibilidade a correr risco.

**O que tem para dizer para as pessoas que alegam que o trânsito está piorando porque a classe média ascendeu economicamente e comprou carro?**

É o desconforto com a igualdade, quase uma alergia. O Brasil vive o desafio de criar uma sociedade mais igualitária. Hoje se vive uma luta de classes no trânsito em que, por exemplo, os motoristas estão mais empoderados do que os pedestres. Vivemos numa educação de matriz aristocrática, em que cada pessoa acha que é especial. E chega ao ponto de pensar: como é que esse carro enguiça na minha frente? O outro motorista não tem direito nem de ter um problema. A pesquisa que fiz mostrou o jeito

que as pessoas têm do transporte público. Elas querem distância social. E a consequência disso é o automóvel, que atualmente é uma medida de sucesso e mobilidade. Mas as pessoas precisam saber que o outro motorista não é seu inimigo, nem superior ou inferior, ele é um semelhante. Para o brasileiro é particularmente difícil lidar com situações que são estruturalmente igualitárias, como a rua, onde não é possível distinguir ninguém. Porque se a gente pudesse teria inventado sinal alaranjado para carro oficial, sinal roxo para autoridades religiosas, sinal prateado para carro de artistas e milionários.

**Na quinta-feira acontece o "dia sem carro" em várias cidades brasileiras. Atitudes como essa são capazes de sensibilizar as pessoas?**

Depende do que vai acontecer quando parar. Um paralelo é a Parada Gay. Ela é capaz de diminuir o preconceito contra homossexuais ou reforça, diante de exageros. Ou seja, se o dia sem carro for um caos, então a mensagem que vai ficar não é boa.

**Campanhas educativas são capazes de conscientizar?**

Funcionam desde que sejam feitas com uma base sociocultural boa, quando se vai em cima do problema. Quando que uma campanha de alfabetização funciona? Quando é feita com boas professoras, bem pagas, que tenham boas técnicas.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

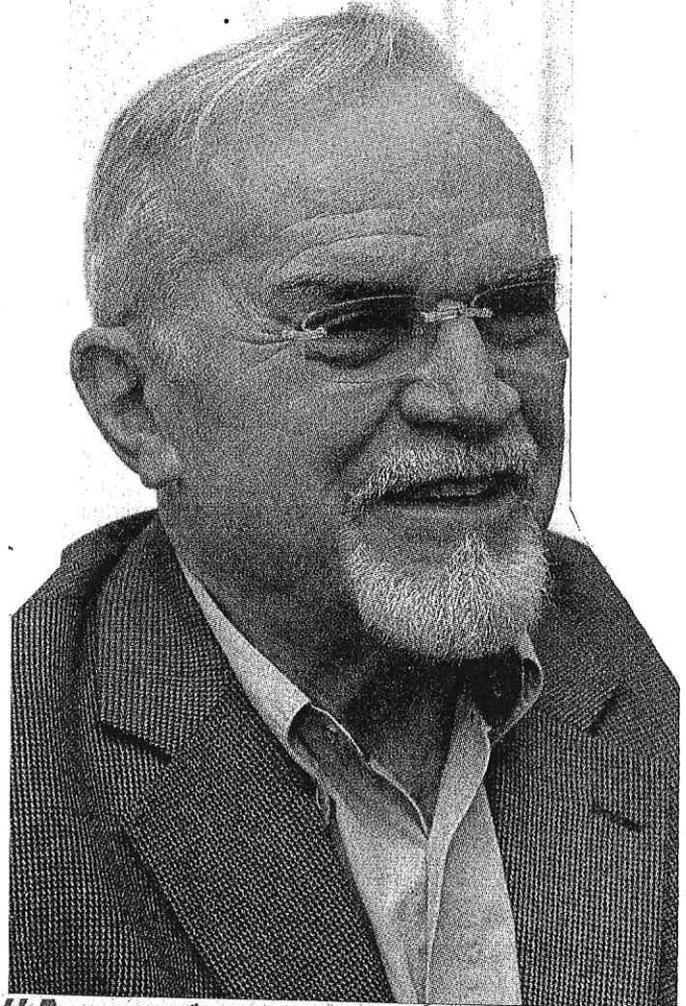
O senhor entrevistou várias categorias de motoristas, como motociclistas, caminhoneiros, jovens. Quem tem a pior atitude no trânsito?

Tem vários tipos de piores atitudes. Tem por exemplo os taxistas, que por serem motoristas profissionais, acreditam que são mais qualificados que os demais motoristas. Um me respondeu que o trânsito ideal seria aquele em que não teria carros particulares, só táxis. Assim como no nazismo, ele acredita que poderia criar uma raça superior de motoristas. Então o pior tipo é aquele que é incapaz de ler o seu próprio comportamento no trânsito.

O motorista não lida bem com limites?

Ele não está preparado para a frustração, para internalizar o "não". E há o agravante de que a punição imediata no trânsito não necessariamente é dada pelo governo. A impunidade é um motivo para o abuso. Mas o motorista pode sofrer as consequências diretas, que não são apenas multas. Você pode matar ou você pode morrer. Ou pode ainda destruir aquele automóvel que foi comprado com tanto sacrifício e que é motivo de orgulho. Quem deve dar os limites para mim não é um guarda, não é o Estado, que tem essa imagem de um deus em miniatura, sou eu mesmo, é a consciência maior da relação com outros.

Em alguns países, como na Alemanha, a formação dos motoristas é muito mais demorada e rígida. No Brasil, falta formação? Ensinar português é importante, mas ninguém perde a língua ou é multado por falar errado. Mas o erro na "gramática do trânsito" gera mortes. Acredito que esse ensino deve começar ainda na escola, como acontece em outros países. No Brasil há a carteira de motorista, que é um documento praticamente vitalício, que há pouco tempo passou a ter renovações, mas que é tido como um documento pessoal, como se fosse



**"A postura que muitas pessoas esperam no trânsito vem da lógica monárquica, em que os subalternos paravam e esperavam a autoridade passar."**

um diploma da faculdade, algo que vai ser integrado à sua vida para sempre. Já nos Estados Unidos, há uma licença, que tem essa noção de transitoriedade. Lá está escrito que o ato de dirigir é uma permissão que a sociedade está concedendo naquele momento.

CONTINUA

# 21 SET 2011

## GAZETA DO POVO

### DEPOIMENTO

### CONTINUAÇÃO

Após perder o filho em um acidente de trânsito, Christiane Yared organizou o Núcleo de Apoio às Vítimas de Acidentes de Trânsito e o Instituto Paz no Trânsito, que pretendem discutir a violência e apoiar ações de conscientização ao volante. Atualmente, em torno de 100 famílias de Curitiba e região metropolitana são atendidas pelas duas ONGs.

Aline Peres



### O caso

Na madrugada do dia 7 de maio de 2009, um grave acidente de trânsito no bairro Mossunguê, em Curitiba, causou a morte de Gilmar Rafael Yared, 26 anos, e Murilo Almeida, 20 anos. O carro em que eles estavam foi violentamente atingido por outro veículo que era conduzido pelo ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho. O ex-parlamentar ficou gravemente ferido, mas escapou com vida do acidente. Carli Filho estaria alcoolizado e em alta velocidade no momento da colisão na esquina das Ruas Monsenhor Ivo Zanlorenzi e Paulo Gorski. Ele foi indiciado por duplo homicídio com dolo eventual e aguarda julgamento em liberdade.

costas. Parece fantasma e fantasma não incomoda. É preciso dar a cara para bater. As pessoas querem paz, eu quero paz. No entanto, enquanto não se der nome para essa paz – que é a voz – vamos ficar sem ela. Tem que gritar para que muitos ouçam. Bem alto e com mais pessoas, aí sim poderá haver mudanças. Se eu tivesse ficado sozinha, provavelmente o caso já teria sido encerrado e guardado em um canto.”

### TRABALHO

“O acidente com o meu filho ganhou repercussão nacional e serviu para parar e pensar. No término das palestras, percebemos que o comportamento mudou e que vale a pena investir no segmento de conscientização. Vamos continuar colhendo mortes até certo tempo porque o brasileiro ainda tem enraizado a cultura da bebida alcoólica e da velocidade, mas nos próximos cinco anos teremos um novo panorama. Hoje, colhemos as ervas daninhas de um tempo que ninguém se importou com isso. E falo não só no trânsito, mas na política, nas drogas, na pirataria...”

### RESPOSTA

“Outro dia, recebi uma mensagem de agradecimento de um pai pela rede social por ter conversado com seu filho. O menino não permitiu que o pai saísse com o carro enquanto todos não tivessem colocado o cinto de

**“A questão não é perdoar o Carli. A questão é a leitura que fica do caso: pode dirigir alcoolizado; pode fazer racha; pode dirigir em alta velocidade; e nada acontece.”**

segurança. A criança cobra o pai, o avô: ‘Se bebeu, não me leva, porque eu sou importante!’”

### JUSTIÇA

“Muitas pessoas dizem que eu quero vingança. Mas a vingança custa barato. Justiça é quando a gente pede não só pelo filho que morreu, mas pelos filhos que estão vivos. Rafael e Murilo estão mortos. Qual a justiça que eles podem querer? Hoje, esperamos a segunda fase do julgamento e acreditamos que a Justiça não vá fechar os olhos e dizer que foi um acidente de

trânsito. O país e as pessoas estão no limite. É necessário que haja justiça e punição.”

### BANDEIRA

“A minha postura acabou sendo a bandeira de muitas mães que estavam caladas e que achavam que acidentes de trânsito eram fatalidade. Tem mães que já perderam dois filhos para o trânsito.”

### CONSELHO

“O silêncio é terrível. É comum ver depoimentos de pessoas com nuvem no rosto ou de

# GAZETA DO POVO

CÂMARA DE CURITIBA

## Oposição busca apoio da OAB-PR para investigar Derosso

21 SET 2011

Chico Marés

Veredores da oposição da Câmara de Curitiba se reuniram na manhã de ontem com o presidente no Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), José Lúcio Glomb. Os parlamentares buscam apoio da entidade para pedir um maior engajamento da OAB na apuração das denúncias contra o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), Segundo o líder da oposição, o vereador Algaci Túlio (PMDB), a ideia é juntar forças com a instituição. “Muito embora a gente saiba que a OAB já está atuando nesta área, é preciso que a entidade acompanhe mais de perto nosso trabalho na Câmara de Vereadores”, afirmou Túlio.

Glomb disse ontem que a posição da OAB já é pública desde o início da crise a Câmara. “Tudo tem que ser muito bem esclarecido e apurado. Quem foi responsável por essas irregularidades tem que responder por isso”, afirmou ele. Entretanto, Glomb evitou atribuir a responsabilidade da crise diretamente a Derosso. “Não quero fazer um juízo de valor precipitado.”

O presidente da OAB disse ainda que deve visitar o procurador-geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, para discutir o caso. Glomb ressaltou, entretanto, que não deve pressionar o Ministério Público Estadual (MP), até porque o órgão já está atuando no caso. Ele afirmou que também deve discutir o assunto com lideranças estudantis.

**“Muito embora a gente saiba que a OAB já está atuando nesta área, é preciso que a entidade acompanhe mais de perto nosso trabalho na Câmara de Vereadores.”**

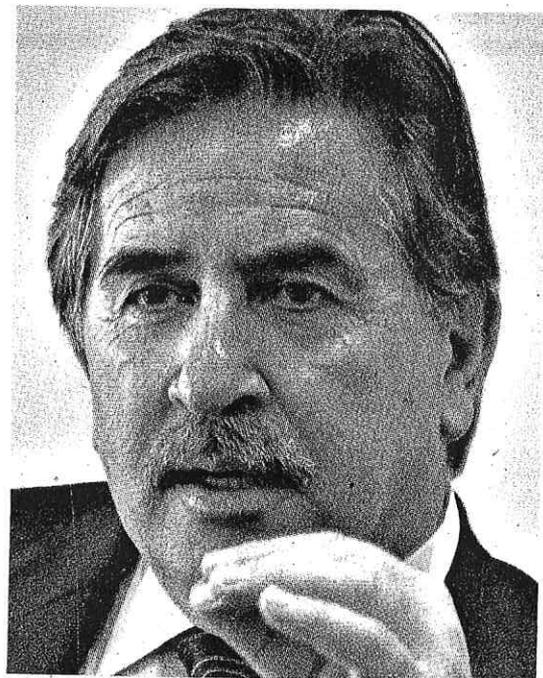
**Algaci Túlio (PMDB), vereador da oposição.**

Além da OAB, os opositores vão pedir apoio para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

### Mobilização

A OAB, junto com diversas outras instituições, sindicatos e empresas, foi uma das principais incentivadoras do movimento O Paraná Que Queremos, que surgiu logo após as denúncias realizadas pela **Gazeta do Povo** e pela RPTV no caso Diários Secretos, que revelou irregularidades na Assembleia paranaense.

De acordo com Glomb, não há a necessidade da criação de um movimento similar no caso da Câmara. “O Paraná Que Queremos já envolve tudo isso; é um movimento contínuo no tempo. Na minha cabeça, ele existe de forma permanente”, disse. Entretanto, ele ressaltou que as denúncias na Câmara merecem uma maior mobilização por parte da sociedade.



José Lúcio Glomb, da OAB-PR:

visita ao MP para discutir a crise na Câmara.

21 SET 2011

GAZETA DO POVO

# Ato contra corrupção reúne 2,5 mil pessoas

RIO DE JANEIRO

Agência Estado

¶ A manifestação “Todos Juntos contra a Corrupção – Compartilhe Honestidade”, realizada ontem na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, foi marcada pela espontaneidade dos participantes, a presença reduzida de jovens, os discursos contraditórios e a inexperiência dos organizadores, que misturavam falas genéricas com músicas de protesto e longos períodos de silêncio. O ato, que foi idealizado a partir das redes sociais e conquistou o apoio de mais de 33 mil usuários no Facebook, conseguiu

reunir cerca de 2,5 mil pessoas até o início da noite, de acordo com estimativa da Polícia Militar.

Apesar da indignação e dos protestos contra a corrupção terem sido o principal mote do ato, as palavras de ordem se multiplicavam. Muitos cartazes improvisados e feitos à mão faziam referência à “faxina” promovida pela presidente Dilma Rousseff no governo federal. Uns apoiavam e outros reclamavam que a “limpa” havia sido interrompida.

As reivindicações eram variadas. Manifestantes apoiavam a Lei da Ficha Limpa, o voto distrital, a aprovação da PEC300, que cria um

piso nacional para policiais. Houve protestos até por questões locais, como o sucateamento do sistema de bondes de Santa Teresa e campanhas por drenagem e pavimentação de ruas do Rio.

Embora os organizadores falassem o tempo todo que não eram contra políticos e nem partidos políticos, seus discursos se referiam aos “vagabundos que estão no poder”, à “cambada de ladrões de Brasília”, a “esses patifes que não podem se proteger na imunidade”. Vassouras foram distribuídas pela ONG Rio de Paz e coloriram de verde e amarelo a área da manifestação.



21 SET 2011

# GAZETA DO POVO

## Justiça mantém hospitais abertos

### LONDRINA

*Erika Pelegrino, do Jornal de Londrina*

O funcionamento dos prontos-socorros dos hospitais Santa Casa e Evangélico de Londrina, no Norte do estado, foi garantido ontem mediante mandados de segurança movidos pelos dois hospitais. Nas ações é solicitado que a prefeitura cumpra os contratos nos quais se comprometeu a repassar mensalmente R\$ 201 mil para o Evangélico e R\$ 266 mil para a Santa Casa, em forma de incentivo ao pagamento de plantões à distância.

No início da noite de ontem o juiz Emil Gonçalves, da 2.<sup>a</sup> Vara Cível da Fazenda Pública, concedeu liminar favorável a ambos. Os hospitais ameaçavam não abrir os prontos-socorros a partir de hoje, já que a prefeitura estaria reduzindo o valor total do incentivo pago aos dois hospitais e ao Instituto do Câncer de Londrina (ICL) de R\$ 556 mil para R\$ 275 mil. Nos novos valores, a Santa Casa passaria a receber R\$ 115 mil e o Evangélico, R\$ 100 mil.

Diante da decisão judicial, o diretor do Evangélico, Luiz Koury, afirmou que o atendimento será mantido. "Nossa expectativa é de que o prefeito [Barbosa Neto] cumpra a ordem do juiz", diz. A Santa Casa se manifestou por meio da assessoria de imprensa. "Não queremos polemizar. O importante é que amanhã [hoje] o pronto-socorro estará atendendo normalmente." O secretário da Saúde, Márcio Nishida, não quis se manifestar sobre o assunto. Ele alegou que ainda não tinha sido notificado sobre a decisão judicial.

### Prefeitura

Durante a tarde de ontem, Nishida havia comunicado que a prefeitura tinha entrado com ação na Justiça para que os prontos-socorros não fechassem. Extraoficialmente, a informação no início da noite de ontem era de que a liminar da prefeitura não havia sido concedida. Nishida afirmou apenas que ainda não tinha o resultado.

21 SET 2011

# GAZETA DO POVO

## MP aciona cinco por danos ao patrimônio

### PONTAGROSSA

Diego Antonelli, da sucursal,  
especial para a Gazeta do Povo

¶ O Ministério Público instaurou ação civil pública contra cinco pessoas por danos ao patrimônio histórico e cultural. Eles são acusados de terem demolido um imóvel em Castro, nos Campos Gerais, construído no final do século 19 e que se encontrava em processo de tombamento. A residência, situada no centro histórico da cidade, havia sido edificada com mão de obra escrava. A estrutura era em taipa de pilão — argamassa que mistura barro amassado, estrume bovino e vegetais —, técnica típica dos colonizadores portugueses.

O fato chegou ao conhecimento do Ministério Público do Paraná por um ofício expedido pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, que denunciou a demolição irregular do imóvel. O bem foi colocado abaixo em março deste ano sem alvará de demolição. “Quando os proprietários procuraram a prefeitura para destruir a casa, o nosso órgão foi procurado para saber o que deveria ser feito. Como estava em processo de tombamento, nós não liberamos. Mas, infelizmente, a demolição ocorreu assim mesmo, e na calada da noite”, afirma a coordenadora do

Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, Rosina Parchen.

### Tombamento

De acordo com ela, a região histórica de Castro, conhecida popularmente como Rua das Tropas, está em processo de tombamento. “A gente está fazendo o tombamento de toda região do centro histórico do município. Nós temos que tomar medidas para inibir que outros bens com valor histórico e cultural sejam destruídos”, salienta Rosina.

A promotora Adélia Souza Simões, autora da ação, exige a reconstrução do imóvel, por seu valor histórico, sob pena de indenização pelo dano causado e ainda indenização por danos morais ambientais, com valor a ser determinado pela Justiça. O dinheiro será revertido ao Fundo Estadual do Meio Ambiente. “É uma perda cultural enorme para todo o estado. Sabemos que não tem como recuperar o que já foi destruído, mas temos que tomar medidas para inibir outras práticas como esta. Nós também iremos fazer um levantamento dos outros prédios históricos da cidade para saber se eles estão sendo preservados”, diz a promotora.

JUSTIÇA

# GAZETA DO POVO

Mutilado por foguete será indenizado por fabricante **21 SET 2011**

■ A empresa Fogos Confiança Ltda. foi condenada na 9.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná a pagar a um publicitário cuja mão foi mutilada por um foguete (fogo de artifício) de sua fabricação a quantia de R\$ 3.584,30, por dano material, e R\$ 60 mil, a título de dano moral, bem como uma pensão mensal no valor de R\$ 2 mil,

desde janeiro de 2002 até a data em que a vítima completar 65 anos de idade.

Os julgadores reconheceram a responsabilidade do fabricante do produto, que não provou nem inexistência de defeito, nem culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, o que excluiria a culpa da empresa.

Após dar voz de prisão a aluna, professor é afastado em SP

■ O professor de Direito Paulo Marco Ferreira Lima, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que supostamente teria dado voz de prisão a uma aluna do 5.º ano que questionou seu método de ensino, foi afastado temporariamente pela instituição. O caso aconteceu em agosto e Lima foi afastado

este mês até que a Universidade Mackenzie apure o que aconteceu. Como Lima é procurador de Justiça, o caso também está sendo acompanhado pela Corregedoria do Ministério Público. Segundo a aluna, o professor teria ficado transtornado ao ter a metodologia da sua aula questionada.

## COLUNA DOS LEITORES

### Multas da Urbs 1

Num trânsito caótico como o de Curitiba, retirar agentes reguladores do tráfego urbano é um absurdo, uma incoerência. E há quem aplauda essa enorme galhofa. Porém pode ser a chance da Polícia Militar colocar seu efetivo do BPTan nas ruas e se reconciliar com o cidadão curitibano, que não vê policiamento ostensivo há anos.

**Paulo Rocha**

### Multas das Urbs 2

Se a Justiça já disse que a Urbs não pode multar, não deveriam retirar todos os radares e lombadas eletrônicas? Por que não instalam lombadas físicas (os famosos quebra-molas) nesses locais? Ou a prefeitura ainda tem interesses na empresa dos radares?

**Paulo R. C. Persegani**

### Multas da Urbs 3

Tenho convicção de que o que está errado é a decisão do tribunal! Enquanto a população clama por mais segurança no trânsito, desembargadores, em vez de pensarem em soluções, discutem se é legal ou não a Urbs multar os condutores infratores. O que está errado é motoristas dirigirem embriagados, estacionarem em locais proibidos, muitas vezes impedindo o meu direito de entrar ou sair da minha própria residência ou, pior, tirando a vida de pessoas inocentes!

**Marcos R. Butenas**

## MPELEITORAL

385 mil assinaturas de apoio ao PSD são suspeitas

■ Cerca de 385 mil assinaturas de apoio à criação do PSD são suspeitas, na opinião do Ministério Público Eleitoral. Em parecer encaminhado ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a vice-procuradora-geral eleitoral, Sandra Cureau, reafirma que, do jeito que está, o partido não pode ter registro. Ela diz que apenas 220 mil assinaturas tiveram a autenticidade comprovada. Para criar uma legenda são necessárias pelo menos 482.894 assinaturas.

## ENTRELINHAS

### Evitando a multa

Um tal Rafael Aguiar Cerqueira, que assina como Oficial de Justiça, envia uma mensagem cheia de números, artigos, parágrafos e incisos, oferecendo uma última chance de evitar determinada multa. Só que a mensagem, que vem com um link malicioso, obviamente, teria origem na prefeitura municipal de São Paulo. O que um curitibano como o leitor que a recebeu tem a ver com multas de São Paulo? Mas, como sempre, tem alguém que cai nesses golpes...

# GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

## STF vai decidir se guardas municipais podem multar

21 SET 2011

Guardas municipais de cidades do interior do Paraná como Umuarama, São José dos Pinhais e Ponta Grossa podem perder a atribuição de aplicar multas de trânsito. O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar se os guardas têm ou não esta competência.

O assunto foi declarado como de "repercussão geral" pelo plenário virtual do STF. A proposta foi do ministro Marco Aurélio Mello, relator de um recurso extraordinário da cidade do Rio de Janeiro contra decisão do Tribunal de Justiça (TJ) estadual, que determinou não ser atribuição dos guardas municipais a fiscalização do trânsito, mas somente a "proteção dos bens, serviços e instalações dos municípios". Não há data para ocorrer o julgamento.

No recurso extraordinário ao STF, ajuizado em março, a prefeitura do Rio de Janeiro sustenta que a segurança e a fiscalização do trânsito incluem-se no chamado "interesse local", previsto no artigo 30, inciso I da Constituição. Conforme tal dispositivo, "compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local".

A advogada do Rio de Janeiro, Márcia Vieira Marx Andrade, também dá ênfase à importância do pronunciamento do STF sobre a questão nos âmbitos social, político e jurídico, "haja vista estar em jogo a autonomia municipal e a possibilidade de desautorizar-se a polícia de trânsito local e, com isso, permitir-se a impunidade de um sem-número de motoristas".

### Separação

Na opinião do presidente da Comissão de Trânsito da seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Araújo, está é uma realidade que se repete em várias cidades do país. "Existe diferença entre as duas atividades, tanto visualmente, quanto na prática. Em Curitiba isso é bem visível [os agentes de trânsito não são guardas municipais]. Acho que a separação será um ganho para sociedade. É uma decisão que vai gerar menos implicações. Se precisa de agentes de trânsito, faz concurso para agente de trânsito, não para guarda municipal", afirma.

Na última sexta-feira, uma decisão do TJ do Paraná colocou em xeque a própria gestão do trânsito em Curitiba. Segundo o tribunal, a Urbs não tem competência para aplicar multas contra infrações por ser uma empresa público-privada. (GA)

# ROBERTO FERRAZ

## Um homem de princípios

Se há hoje uma ideia bastante estendida na população brasileira, mesmo a de menor instrução, de que é preciso verificar se os atos de poder, de autoridades ou de particulares, são consentâneos com a Constituição, é porque “advogados estadistas” encarregaram-se de difundi-lo

21 SET 2011

O advogado Ives Gandra da Silva Martins recebe hoje à noite, no Teatro Universitário (TUCA) da PUCPR, o título de Doutor Honoris Causa. Em boa hora vem esse justo reconhecimento a pessoa “alinhada com nossos princípios, missão e prática”, conforme as palavras do reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Ivo Clemente Juliatto, promotor da homenagem que replica em terras brasileiras a concessão de igual título ao conhecido jurista pela Universidade de Coimbra, em 1989 por ocasião das comemorações do sétimo centenário daquela escola lusitana.

Ives Gandra é um homem de princípios, que busca na prática cumprir a missão que lhe vê confiada. Há poucos dias em evento nacional na área de sua maior militância, o Direito Tributário, o professor Humberto Ávila, ao render-lhe pessoal homenagem, lembrou a temática do livro de Anthony Kronman *The Lost Lawyer: Failing Ideals of the Legal Profession*, em que enaltece a figura dos *lawyer-statesman*, aqueles advogados com acentuado espírito público que com sua particular capacidade de argumentação e convencimento chegam a influenciar a nação como um todo. Esse mesmo autor lamenta que hoje tais figuras não sejam mais frequentemente colocadas como modelos de atuação para os novos advogados. Diz que: “Este livro é sobre a crise da profissão jurídica. Sua mensagem é que a profissão está agora em perigo de perder sua alma.”

Realmente encarna o modelo proposto de *lawyer-statesman* em inúmeras passagens. Em 1987, quando discursou na PUCPR em evento que foi organizado para discutir o texto das propostas para a nova Constituição, terminou sua mensagem com a figura do passarinho que, ao ser interpelado pelos demais animais da floresta que consideravam inútil seu esforço para apagar o incêndio que a consumia com as pequenas quantidades de água que era capaz de transportar, respondeu: “Eu estou fazendo a minha parte”.

Ives nunca deixou de empenhar-se em fazer sua parte. Presidente do Partido Libertador, cassado pelo AI-2 em 1965, prosseguiu com a bandeira parlamentarista, que caracterizou aquele partido e que possibilitou, ainda que temporariamente, a permanência do eleito João Goulart no Brasil. Nunca abandonou a luta por esclarecer a todos o malefício que representa a violação da Constituição ou sua interpretação tergiversativa; assim foi no período militar e segue sendo até hoje, sem qualquer interrupção. Se há hoje uma ideia bastante estendida na população brasileira, mesmo a de

**Ives Gandra é um homem de princípios, que busca na prática cumprir a missão que lhe vê confiada**

menor instrução, de que é preciso verificar se os atos de poder, de autoridades ou de particulares, são consentâneos com a Constituição, é porque “advogados estadistas” encarregaram-se de difundi-lo.

É importante o esforço de todos os dirigentes universitários, particularmente os de área jurídica, de resgatar o espírito de dedicação e coragem na defesa dos autênticos interesses da sociedade, o verdadeiro espírito estadista.

# 21 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### Barbosa fala sobre polêmica contra juíza

**Vinícius Zanin**  
*Reportagem Local*

O prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT), convocou a imprensa ontem para negar que tenha utilizado a assessoria de imprensa da própria administração para divulgar informações sobre o afastamento da juíza da 3ª Vara Criminal de Londrina, Oneide Negrão de Freitas. Barbosa se refere ao episódio em que o chefe do Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina (N.Com), José Otávio Sancho Ereno, encaminhou por e-mail à imprensa local um texto produzido pela revista Consultor Jurídico (Conjur) que traz críticas à atuação da juíza. O título do texto era "A verdade começa a aparecer. Juíza afastada atuava movida por declarada antipatia pessoal ao prefeito Barbosa Neto". De acordo com Barbosa, o chefe do N.Com teria enviado a maté-

ria através do seu e-mail pessoal e fora do horário de expediente.

"Acredito que esse esclarecimento merece ser feito. Não é possível pairar dúvidas em relação à conduta do chefe do Executivo. O que houve foi o envio de um e-mail pessoal do coordenador do núcleo de comunicação que postou para alguns internautas as informações. Em nenhum momento fala que o prefeito tenha acusado, seja a doutora Oneide, seja qualquer membro entre os juízes", afirma.

Sobre seu relacionamento com a juíza, Barbosa não levantou polêmica e disse que respeita a atuação do Judiciário. "Eu desconheço qualquer tipo de questão pessoal, se é que isso pode ter havido. Nunca tive esse tipo de manifestação, seja por parte de algum secretário que prestou depoimento, ou por parte da juíza, que sempre me tratou de forma respeitosa", declarou.

21 SET 2011

# FOLHA DE LONDRINA

## Liminar garante atendimento em PS

**Prefeitura terá de repassar o valor estabelecido em acordo para custeio de plantões presenciais e à distância nos prontos-socorros**

**Londrina** - A Irmandade Santa Casa de Londrina (Is-cal) e o Hospital Evangélico de Londrina (HEL) conseguiram ontem uma liminar na Justiça que garante o cumprimento do contrato com a prefeitura para repasse dos incentivos aos hospitais estabelecido em R\$ 556.455,44 a título de incentivo determinado pela Lei Municipal 10.804. Os recursos são para o custeio de plantões presenciais e à distância e a prefeitura pretendia reduzir o valor para cerca de R\$ 275 mil. A informação foi repassada pelas assessorias de imprensa das instituições de saúde. Com essa decisão, fica suspensa a paralisação do atendimento nos prontos-socorros.

Apesar da decisão, a polêmica sobre o pagamento dos plantões à distância continua. A paralisação começaria hoje às 7 horas da manhã, mas foi cancelada em função da liminar. A prefeitura chegou a montar um plano de contingência prevendo a utilização de hospitais de outros municípios da 17ª Regional de Saúde no atendimento dos pacientes de Londrina.

Segundo o diretor da Santa Casa, Fahd Haddad, a proposta para que os prontos-socorros mantenham seis plantonistas presenciais sem garantir recursos para custear os médicos que ficam de sobreaviso é "de quem não conhece a fundo o funcionamento da administração hospitalar". "Isso não é suficiente, pois existem 34 especialidades médicas e não há como um médico pediatra realizar uma cirurgia torácica ou neurológica; é preciso que os especialistas permaneçam disponíveis", critica.

O diretor da Secretaria de Saúde, Márcio Makoto Nishida, rebateu dizendo que o objetivo da proposta não era impedir o pagamento de plantões à distância, mas ele afirmou que

os recursos são limitados e o município não teria como repassar mais do que R\$ 275 mil. A proposta para que os pagamentos fossem feitos apenas pelas consultas realizadas foi rejeitada, mas, continua ele, a redução do valor dos incentivos era uma prerrogativa da prefeitura. Haddad rebateu o argumento dizendo que qualquer alteração no contrato deveria ter sido negociada.

O presidente da Associação Médica de Londrina, Antônio Caetano de Paula, explica que não existe a necessidade da presença dos plantonistas 24 horas por dia. "É obrigatório pelo Conselho Federal de Medicina a presença de cinco especialidades nos prontos-socorros: anestesiologia, pediatria, clínica médica, clínica cirúrgica e ortopedia e, evidentemente, em maternidades é obrigatória a presença de um ginecologia e obstetrícia", informa. As demais especialidades devem ficar de sobreaviso. "Estar de sobreaviso significa ficar em alerta, pois pode ser chamado a qualquer hora", destaca.

Como as ações do médico de sobreaviso são limitadas, segundo o presidente da AML, a Consolidação das Leis do Trabalho garante o pagamento de um terço do valor de um plantão normal. "E se ele for chamado passa a contar como hora extra."

**Decisão suspende paralisação programada para hoje**

# 21 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### Votação de CP contra prefeito pode ser terça

**Loriane Comeli**  
*Reportagem Local*

O procurador-jurídico da Câmara Municipal de Londrina, Miguel Garcia, comunicou ontem oficialmente ao presidente do Legislativo, Gerson Araújo (PSDB), o teor da decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública que determina quórum de 13 vereadores para votar a abertura de Comissão Processante (CP) contra o prefeito Barbosa Neto (PDT). "Com isso, o presidente deve ler o teor do documento na próxima sessão (quinta-feira) e o pedido de abertura da Comissão Processante poderá ser votado na próxima terça-feira", afirmou.

"Vamos atender ao que o procurador recomendar. Quanto mais rápido resolvermos esta questão, melhor", declarou Gerson Araújo. Diante da demora da intimação, Garcia deu-se ontem por notificado e agora irá apresentar recurso à decisão no Tribunal de Justiça. Para ele, o

quórum deveria ser de 10 votos, uma vez que este é o número estabelecido pela Lei Orgânica do Município.

Porém, o entendimento do Judiciário é de que Londrina deve atender ao princípio constitucional da simetria, adotando o mesmo quórum estabelecido para abertura de processo para eventual cassação do mandato do presidente da República. A Comissão Processante, cujo pedido foi feito pelo vereador Joel Garcia (PTN), vai apurar participação do prefeito Barbosa Neto (PDT) em supostas irregularidades no curso de formação da Guarda Municipal.

O prefeito, que esteve presente na aula inaugural do treinamento, assinou o contrato com a empresa responsável pelo curso - a Delmondes & Dias - somente 50 dias após o início das aulas. Barbosa, que é alvo de ação do Ministério Público em decorrência da suposta irregularidade, nega responsabilidade.

21 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA MILITÃO

### **A legalidade das multas de trânsito**

A FOLHA e outros órgãos da mídia paranaense divulgaram que o Tribunal de Justiça do Paraná decidiu que a Urbs, da Capital, não pode fiscalizar e multar os infratores de trânsito em Curitiba. Mas comentam que a decisão não será retroativa, pois quem foi multado até então não terá o direito de recorrer, pois, no entendimento dos julgadores, as restituições e indenizações causariam prejuízo enorme para o município. Porém, a decisão é duplamente inusitada e prejudicial para milhares de motoristas e proprietários de veículos. Em primeiro lugar, a decisão privou-os do direito de ressarcimento dos valores pagos indevidamente. E segundo, o imbróglio fica ainda mais agravado quando se sabe que a ação é de autoria do Ministério Público, e que tramita na Justiça desde 1995. Assim, me parece que o atraso da Justiça no julgamento da causa acabou por penalizar os motoristas, permitindo que o município de Curitiba ficasse com os valores das indevidas cobranças das multas de trânsito ao longo dos últimos 16 anos. Vale dizer, a demora do julgamento e o veto ao ressarcimento das multas confirma o ditado que nesse caso a Justiça tardou e ainda falhou.

### **MILITÃO**

●x Será disputado dias 23 e 24, na Academia Point Tennis, o torneio Romeu Saccani de Tênis, promovido pelo departamento de esportes da OAB Londrina, em homenagem ao campeão brasileiro máster que é o advogado Saccani. O certame foi aberto a todos os advogados, juízes, promotores, estudantes, delegados e bacharéis em geral do Paraná.

# 21 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### CLÁUDIO HUMBERTO

#### **STJ anula grampo abusivo e prova ilegal; é a lei**

Ao anular as provas obtidas ilegalmente na operação Boi Barrica, o Superior Tribunal de Justiça cumpriu a lei, e não foi a primeira vez. Em 2008, tomou decisão idêntica no âmbito da operação Sandal, da Polícia Federal: acolhendo alegações do advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, considerou abusivos e ilegais os 2 anos e 2 meses de grampo impostos a Isidoro Rozenblum Trosman e Rolando Rozenblum Elpern.

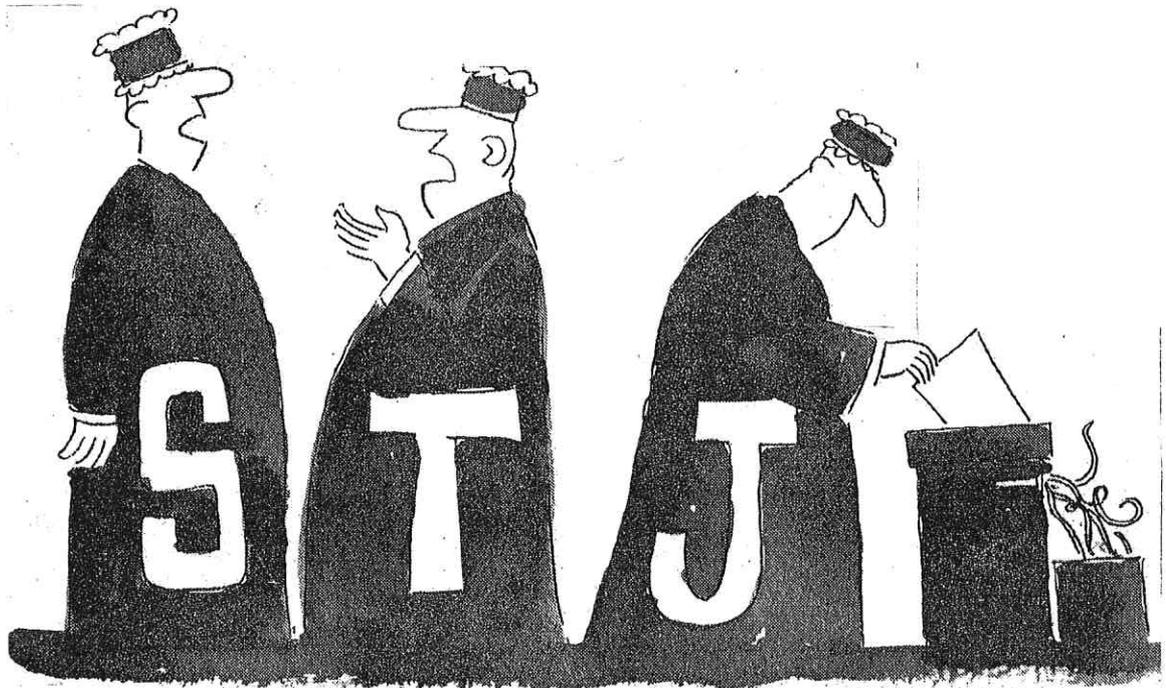
#### **Decisões açodadas**

Almeida Castro lamenta: grampos ordenados por juízes voluntariosos deixam mal o STJ que passa por leniente ao cumprir a lei, anulando-os.

#### **Números do abuso**

Em agosto, 17.122 telefones foram grampeados. São quase 200 mil sob escuta no Brasil, por ano. Nos EUA, não chegam a 2 mil anuais.

21 SET 2011  
FOLHA DE LONDRINA



- O que vamos alegar para anular tantas provas?
- Sei lá... que tal “perigo de gol”?

# 21 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Concussão**

O vereador Joel Garcia (PTN) de Londrina foi interrogado ontem pelo juiz da 4ª Vara Criminal no processo em que é acusado de concussão: ele teria exigido a contratação de estagiária no Procon para emitir parecer favorável, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a projeto que tramitava na Câmara prevendo alterações no órgãos.

■ Segundo o promotor Cláudio Esteves, Garcia disse que somente mencionou o assunto com o coordenador do Procon, mas negou ter exigido a contratação ou condicionado tal auxílio ao parecer.

■ O presidente da Câmara, Gerson Araújo, e o vereador Roberto Fortini, que faziam parte da CCJ, foram arrolados como testemunhas para defender Garcia. "Não soube de nenhuma irregularidade na tramitação do projeto", disse Fortini. "Limitei-me a dizer como foi o trâmite e não soube de nada irregular", comentou Araújo.

■ No âmbito cível, Joel Garcia já foi condenado por improbidade administrativa por este fato.

#### **CARTA**

#### **Ontem, hoje e sempre...**

É fundamental a liberdade de expressão e de livre exposição de ideias e opiniões de cada indivíduo. No entanto, penso que isso está ficando demasiadamente repetitivo nos meios de comunicação. Todos os dias encontro sempre os mesmos tipos de cartas nos jornais relatando a indignação de algum leitor com a corrupção ou com alguma mazela social. Não é um simples desabafo que irá solucionar o problema. Pode até chamar a atenção, mas dificilmente irá, por si só, resolvê-lo. Todavia o que me frustra mais é o fato de poucos possuírem estômago e força de vontade para ir além de um desabafo em um jornal.

LUCAS ALEXANDRE MURARO (estudante de Direito) - Andirá

21 SET 2011

# FOLHA DE LONDRINA MP começa a investigar compra de 'livros racistas'

Um dos objetivos da promotoria de Justiça é entender os motivos da dispensa de licitação

A promotora de Defesa do Patrimônio Público de Londrina, Leila Voltarelli, começou ontem a tomar depoimentos relativos ao procedimento administrativo instaurado em 9 de agosto para apurar a dispensa de licitação para a compra de 13.500 livros didáticos - ao custo de R\$ 621 mil - para alunos de 1ª a 5ª séries do ensino fundamental. Os livros foram considerados inapropriados pelo Fórum da Entidades Negras de Londrina (Fenel), pelo Conselho Municipal da Igualdade Racial e pela Universidade Estadual de Londrina. O livro "Vivenciando a Cultura Afro-brasileira e Indígena", vendido pela Editora Ética, com sede em Itabuna (BA) e filial em São Paulo, contém "erros conceituais, gramaticais, textos racistas e discriminatórios", segundo pareceres técnicos anexados ao procedimento.

Ontem, três pessoas foram ouvidas: o presidente do Fenel, Edmundo Silva Novais, o presidente do Conselho, José Mendes de Souza, e a gestora de Promoção de Igualdade

Racial da Prefeitura de Londrina, Maria de Fátima Beraldo. Ela afirmou à promotora que os diretores da Ética foram encaminhados a ela por seu superior imediato, o então chefe de Gabinete, Fábio Passos de Góes, que também foi secretário de Planejamento. Ela declarou ainda "que naquele dia, ele (Góes) ligou para ela para que atendessem os dirigentes".

Góes, que é do estado da Bahia, demitiu-se do cargo em agosto. O prefeito Barbosa Neto (PDT) justificou sua saída afirmando que a avó do então colaborador estava adoentada. O pedido de exoneração ocorreu logo após Góes ter sido denunciado pelo suposto recebimento de propina no valor de R\$ 20 mil para a contratação do Instituto Atlântico, entidade que prestava serviços à saúde e que foi acusada pelo Ministério Público de ser o núcleo de uma quadrilha para desvio de dinheiro público.

A promotora não comentou o teor dos depoimentos. "Estamos apurando a forma de aquisição destes livros já que

foram considerados inadequados por órgãos técnicos. Queremos saber se houve lesão ao erário", disse Leila Voltarelli. A autorização para a inexigibilidade de licitação foi assinada pelo então secretário de Gestão Pública, Marco Cito, e há um parecer favorável do então procurador jurídico, Fidélis Canguçu. Ele foi exonerado após ser preso pela operação Antissepsia.

A justificativa para a dispensa da licitação foi uma "carta de exclusividade" expedida pela Câmara Brasileira do Livro. Porém, qualquer livro que seja exclusivo pode obter tal documento, mesmo que o assunto tratado seja semelhante ao de outra publicação.

Os livros da coleção foram recolhidos após recomendação do promotor de Defesa das Garantias Constitucionais, Paulo Tavares. Ontem, a secretária de Educação, Karim Sabec, encaminhou ofício à promotora informando que o contrato com editora será desfeito e o dinheiro voltará aos cofres municipais.

21 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

DORIVAL LUCAS DA SILVA

### Direitos: dentro ou fora dos presídios?

Em pleno século 21 nos deparamos em nossa sociedade com alguns costumes dos tempos medievais. Isolar problemas sociais, fazer de conta que não existem e depois procurar culpados pelas crises é um deles. Um bom exemplo disso é o sistema penitenciário. Nos acostumamos a isolar em locais longínquos, dentro de cadeias fétidas, os cidadãos que cometem atos ilícitos de qualquer natureza, dizendo que assim estamos dando a eles a oportunidade de pagar pelos seus erros e serem ressocializados.

Como o ser humano sempre encontra maneiras de se adaptar às situações adversas, com o tempo esses cidadãos encarcerados criaram uma nova forma de se expressar, de falar, de agir, novas leis, uma nova cultura. Passaram a se organizar em grupos e exigir seus direitos na sociedade que os excluiu através de atos violentos, desumanos e acusações levianas. E, às vezes, conseguem.

Qualquer cidadão que se interessar em conhecer o sistema penitenciário do Paraná vai descobrir que ele é um dos melhores do Brasil pela dedicação dos servidores do Estado que todos os dias tratam diretamente com os presos, familiares, advogados, magistrados e todos mais envolvidos nesse sistema tão complexo. Não queremos aqui minimizar as falhas. Muito há para avançar e consolidar um sistema cada vez mais humano e eficaz. Mas sem conhecer por dentro esse sistema a sociedade jamais poderá tachar seus agentes de violentos, corruptos ou desumanos, a menos que queira encontrar culpados pelas crises causadas pelo abandono de seus marginais.

Em nossas cadeias os presos têm a sua disposição atendimento psicológico, assistente social, advogado, tratamento odontológico, tratamento médico (inclusive com atendimento preferencial nos hospitais públicos); Em muitos casos os presos estudam e trabalham. Em todo o Estado os presos recebem sacolas de alimentos, trazidas regularmente por suas famílias (quando essas

têm condições financeiras), sendo liberada até mesmo a utilização de produtos de higiene de segunda necessidade como hidratante, cremes para cabelo e loção pós barba.

Ao conhecer a realidade social de cada um dos detentos, qualquer cidadão poderá concluir que pelo menos 80% deles não gozam em seus lares desse tipo de tratamento, o que nos leva a questionar: não estaria invertido o investimento feito pelo Estado nesse caso? Os serviços citados acima não deveriam ser oferecidos em sua forma plena ao cidadão estando ele em liberdade, para que diminuíssem as possibilidades de seu ingresso no mundo do crime? Se é consenso geral entre os intelectuais que direitos básicos como educação, saúde e trabalho são responsáveis pela formação e manutenção do caráter da pessoa humana, podemos admitir que esses

cidadãos foram socializados? E se não foram, como ressocializá-los? Se é consenso entre os intelectuais da educação, de Paulo Freire a Isami Tiba, que um indivíduo só aprende a viver em sociedade respeitando os direitos dos outros, e portanto reparando qualquer prejuízo causado a eles através do próprio trabalho, como ensinar esses cidadãos encarcerados a viver em sociedade provendo a eles dentro do cárcere as condições de dignidade e humanidda que deveriam ter em suas casas, com suas famílias?

Para garantir a dignidade da pessoa humana é preciso, antes de qualquer coisa, prover a ela a oportunidade de uma vida em sociedade de forma saudável, podendo gozar plenamente de todos os seus direitos básicos. Quando o Estado se dobra às exigências dos marginais, ainda que em nome da manutenção da ordem, fica claro que ele próprio se tornou refém do abandono em que vivem esses cidadãos desde antes de estarem encarcerados, aos quais não foi dado sequer o direito de serem socializados. E aí a sociedade pensa que é só encontrar um culpado por não garantir os seus direitos humanos. Que tal o agente penitenciário? Acho que não.

**DORIVAL LUCAS DA SILVA** é administrador de empresas e agente penitenciário em Londrina

**Quando o Estado se dobra às exigências dos marginais fica claro que ele próprio se tornou refém do abandono em que vivem esses cidadãos**

# 21 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### **PROTEÇÃO À POSSE**

*Como agir quando meu bem é tomado ilicitamente?*

A proteção para a posse foi trazida tanto pelo Código Civil como no Código de Processo Civil, que prevê as ações possessórias. A posse não é sinônimo de propriedade, mas significa uma situação de fato do sujeito exercer sobre a coisa alguns dos poderes inerentes à propriedade conforme o artigo 1.196 do Código Civil de 2002, dessa forma, eu posso não ser proprietário daquele imóvel, mas estando nele estou exercendo a posse.

A proteção advém quando a posse é esbulhada, ou seja, retirada do possuidor, ameaçada ou incomodada, quando posso ingressar com a ação de Reintegração de Posse, Manutenção de Posse e Interdito Proibitório, quando minha posse estiver de qualquer modo sendo violada de forma violenta, clandestina ou precária.

Quando a posse foi molestada há menos de um ano a lei prevê ainda uma liminar de reintegração na posse ou manutenção de posse, antes que o agressor seja ouvido, a chamada ação de força nova, e as ações de força velha, ou seja, aquelas em que a posse ocorreu há mais de um ano não existe benefício dessa liminar.

A posse tomada de forma violenta assemelha-se a um roubo, clandestina é quando ocorre de forma fraudulenta e precária é quando o agressor tinha um dever natural de devolver o bem e não o faz, por exemplo, quando se finda um contrato de locação, ou mesmo de comodato.

**Tatiana Gonçalves André**  
advogada (Londrina)

21 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Shopping Cidade Jardim recorre à Justiça para despejar 'velha' Daslu

Administradora reclama falta de pagamento de R\$ 471,8 mil de aluguel e encargos de agosto

**Paralelamente à disputa, shopping fez acordo com parte "boa" da Daslu para alugar um espaço 50% maior**

O shopping Cidade Jardim, endereço do comércio AAA paulistano, entrou na Justiça com pedido de despejo da boutique Daslu por falta de pagamento de aluguel e de outros encargos.

Na ação, a JHSF, administradora do shopping, reclama que não recebeu o pagamento de R\$ 471,8 mil referentes ao aluguel e a demais custos de agosto.

O processo diz respeito à "velha" Daslu, comandada pela empresária Eliana Tranchesi, e que reúne a parte ruim do negócio, incluindo a dívida com a Receita Federal de mais de R\$ 500 milhões.

Sob gestão de Eliana Tranchesi, a Daslu alugou o espaço do shopping Cidade Jardim prometendo pagar aluguel da ordem de 4% do faturamento dos produtos importados e de 5% dos produtos nacionais, sendo um mínimo de R\$ 175 mil.

Após perder algumas das principais grifes estrangeiras, a Daslu passou a ter a maior parte de seu faturamento de sua marca própria. Com a

maior parte da receita de produtos nacionais, elevou o aluguel da boutique.

Em julho, a Justiça de Falência acatou o pedido da Daslu de recuperação judicial, mecanismo que substituiu a antiga concordata e que protege a empresa dos credores.

Ao mesmo tempo em que briga com Tranchesi, o shopping Cidade Jardim fez um acordo com a Laep, que comprou a parte "boa" da Daslu, para alugar um espaço 50% maior.

Na prática, a Daslu de Tranchesi é despejada do térreo e ressurge renovada nos dois andares superiores do mesmo shopping.

Procurada, a nova direção da Daslu não quis se pronunciar sobre o caso. A JHSF disse que não comenta processos na Justiça, mas confirmou a locação do novo espaço à boutique até o final do ano.

A **Folha** não conseguiu falar com a empresária Eliana Tranchesi até a conclusão desta edição.

21 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Lei seca prende 13 motoristas por dia em SP

Média diária de condutores reprovados pelo bafômetro na cidade aumenta de 11, em 2010, para 13 neste ano

**Para Polícia Militar, tolerância social com o uso de bebidas alcoólicas incentiva infratores no trânsito**

DE SÃO PAULO  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

Blitze policiais realizadas na cidade de São Paulo flagraram em média 13 pessoas alcoolizadas por dia neste ano. O número já é maior que no ano passado e que no retrasado, quando esse índice tinha se estabilizado em 11 casos diários, em média.

Levantamento da Polícia Militar mostra que 2,8% dos 460.745 motoristas paulistanos que se submeteram ao teste do bafômetro, desde junho de 2008, estavam dirigindo sob a influência de bebidas alcoólicas.

“É mais do que claro que a maioria dos acidentes de trânsito acontece por causa da ingestão de álcool”, afirmou o capitão Paulo Oliveira, do Comando de Policiamento de Trânsito.

Para especialistas, as pessoas continuam bebendo álcool e dirigindo porque esse é um comportamento socialmente aceitável.

“Não há uma coação moral para quem bebe e dirige. A sociedade não olha nem torto para essas pessoas, diferentemente do que faz, principalmente em São Paulo, quando alguém acende um cigarro. Fumar parece ser crime, o que não é. Beber e dirigir, que é, não é tratado como tal”, afirmou o advogado e professor de direito de trânsito Marcelo José Araújo.

## FUGINDO DO BAFÔMETRO

Conhecida por sua tolerância zero ao álcool, a operação Lei Seca no Rio, abordou mais motoristas do que em São Paulo — foram 579.297 desde março de 2009. Diariamente, sete pessoas são flagradas alcoolizadas em média.

No Rio, é alto índice de motoristas que têm se recusado a fazer o teste do bafômetro. Conforme dados da PM, 6,64% dos abordados pela polícia disseram que não se submeteriam ao exame. Na cidade de São Paulo, esse índice é de 0,44%.

Pela lei, o condutor não é obrigado a fazer o teste. Entretanto, em caso de negativa, o motorista pode ser detido pelos policiais, desde que aparente estar embriagado. (AFONSO BENITES, ROGÉRIO PAGNAN E JOÃO PAULO GONDIM)

## PM rastreia dica para fugir das blitzes no Twitter

O capitão Paulo Oliveira, do Comando de Policiamento de Trânsito, diz que a PM monitora a internet para não prejudicar as blitzes. No Twitter, 27.624 pessoas seguem o perfil @LeiSecaSP, que informa onde ocorrem bloqueios.

★

## Folha - Como a PM age com as redes sociais que informam onde estão as blitzes?

**Paulo Oliveira** - Como não há ilegalidade em informar onde acontecem os bloqueios, nos tornamos mais um seguidor desse perfil. Assim que eles informam onde estamos, mudamos de lugar.

## Por que se tem a impressão de que há menos blitzes?

É porque a mídia acompanha menos nosso trabalho. Se a pessoa não vê uma blitz na TV ou se não é abordada, acha que diminuiu. Mas não é verdade.

CONTINUA

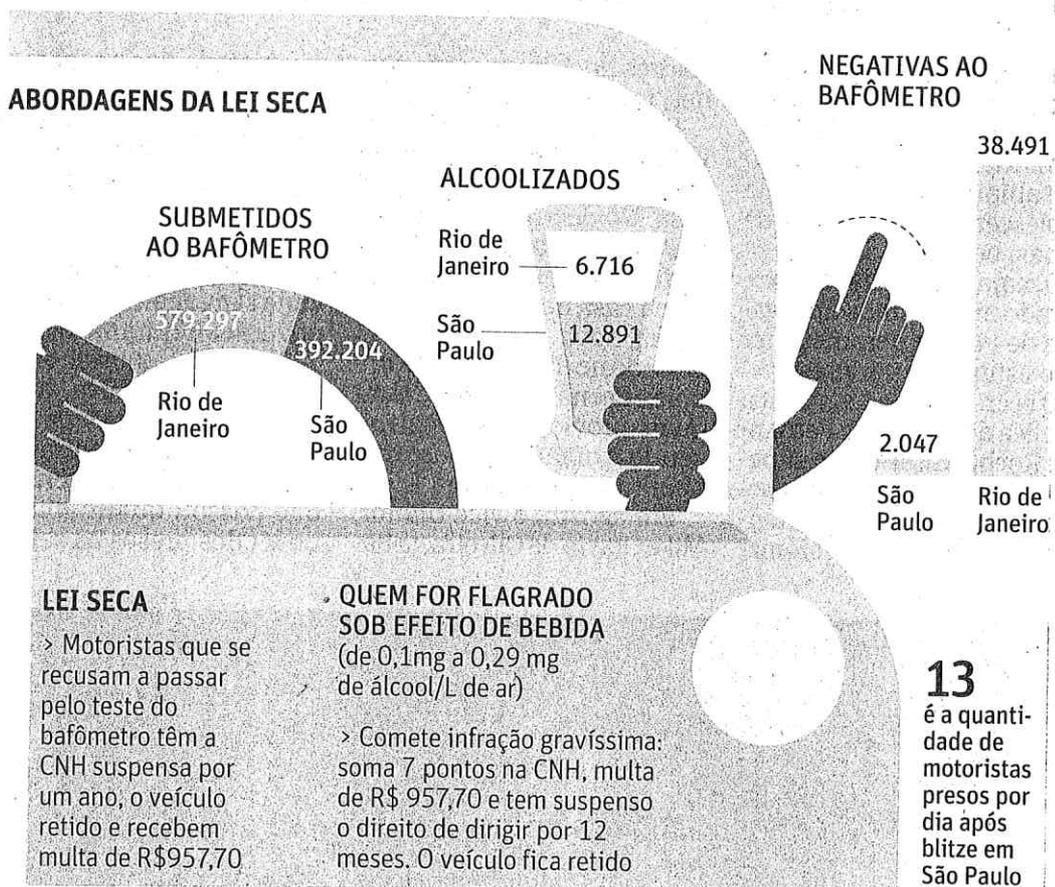
# 21 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### PODER DO BAFÔMETRO?

Número de motoristas abordados em blitz no Rio é maior que em São Paulo



Os números de São Paulo se referem ao período de jun.2008 a set.2011; os do Rio de Janeiro, de mar.2009 até ontem

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

Texto da lei faz  
barbeiragens  
e abre brechas  
para infratores

21 SET 2011

Parte da explicação para os tíbios resultados da lei seca está em sua redação, que ignora os princípios elementares da boa técnica legislativa e da farmacologia.

O objetivo da MP nº 408/08, depois convertida na lei nº 11.705, era endurecer a punição para quem bebesse e dirigisse. Na prática abriu uma avenida para que os infratores escapem da sanção.

O busílis é a nova redação que a lei deu ao artigo 306 do código de trânsito, que prevê a detenção. Aqui, o legislador inadvertidamente mudou o tipo penal, que passou de conduzir veículo “sob a influência de álcool” para “com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 decigramas [6 dg/l]”.

Ocorre que a jurisprudência estabelece que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. Assim, se o motorista se recusar a soprar o bafômetro ou a ceder sangue para análise, não há como provar que ele excedeu a quantidade máxima.

Testemunhas com fé pública podem jurar que o sujeito estava bêbado como um gambá, mas não que ultrapassou os 6 dg/l. E, sem prova competente, não há crime.

Em relação à multa e suspensão da carteira, sanção administrativa prevista no artigo 165, o problema não se coloca, pois ali o tipo infracional continua sendo “dirigir sob influência”.

As barbeiragens não acabam aqui. Tanto o 165 como o 306 trazem a expressão “ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência”.

Acontece que café e tabaco são substâncias psicoativas que geram dependência. Estão tecnicamente proibidos. Já LSD, embora cause alucinações, não provoca dependência e, assim, não cai na malha das autoridades de trânsito. A situação só não é absurda porque a polícia sabidamente ignora a lei.

# FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

21 SET 2011

## A validade do crime

**BRASÍLIA** - Um político comete um crime e vira deputado. Tudo fica por isso mesmo. Essa tem sido a regra, apesar da proximidade da aplicação da Lei da Ficha Limpa. Sobre tudo nos casos em que a ilegalidade não era conhecida antes da eleição. A deputada Jaqueline Roriz colocou um maço de dinheiro em uma bolsa, mas salvou-se na Câmara. "Foi antes do mandato."

Agora a Câmara terá de se pronunciar de maneira oficial sobre tal regra. O deputado Miro Teixeira, do PDT do Rio, apresentou uma relevante questão de ordem: "A ilegalidade ou crime cometido por parlamentar antes do mandato contamina o exercício do mandato?"

O questionamento foi remetido ao Conselho de Ética, que fica obrigado a responder. Poderá problematizar o tema: e se o crime ocorrer em período anterior ao mandato e só se tornar conhecido após a eleição? Representará então uma quebra de decoro?

É possível que a indagação demore a ser respondida. Não se deve subestimar a pusilanimidade dos deputados. Até porque seria um ato de coragem inaudito se a Câmara esclarecesse de uma vez sua interpretação sobre esse tipo de situação.

É direito dos deputados absolver criminosos. Mas precisam descrever com clareza à sociedade a regra seguida. Não vale perorar afirmando que os julgamentos no Congresso são políticos. Mesmo na política, há códigos a serem respeitados.

A questão de ordem do deputado Miro Teixeira é uma oportunidade para a Câmara escolher um caminho de mais transparência. Pode optar pelo espírito de corpo, considerando insignificante traficâncias anteriores ao mandato dos deputados. Aumenta o desgaste de imagem da instituição. Ou escolhe agora, sem a pressão de um processo de cassação em pauta, uma saída compatível com a lei válida para todos os brasileiros: um crime é um crime, não importa a época. Inclusive para quem é congressista.

21 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

“ tiroteio

*Excessos da PF, do Ministério Público e de alguns juízes voluntariosos jogam os tribunais contra a população. Mas eles só estão cumprindo a Constituição.*

DO CRIMINALISTA ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, o Kakay, advogado da família Sarney, sobre decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça que anularam provas obtidas em operações policiais.

21 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

## Justiça condena quadrilha que explorava caça-níqueis no Rio

Entre os membros estão seis PMs acusados de receber propina

A Justiça Federal condenou 24 integrantes de quadrilha que explorava máquinas de caça-níqueis no Rio.

Entre eles, seis policiais militares que recebiam, cada um, propinas de R\$ 1.000 por mês para "vazar" informações sobre operações policiais e deixar de apreender as máquinas em bares.

Grampos feitos com autorização judicial mostram que a quadrilha ficou sabendo da operação da PF pelo menos um dia antes. No áudio, eles se referem à operação como "festinha".

Em outra conversa, dois integrantes discutem pagamento de propina para policiais do 7º (São Gonçalo) e do 12º (Niterói) batalhões.

As condenações variam de dois a 17 anos de prisão por acusações de contrabando e formação de quadrilha.

Além dos 24 condenados, outros 13 aguardam julgamento. É o caso de Wilson Vieira Alves, o Moisés, presidente da escola de samba Unidos de Vila Isabel.

Ele é apontado pela PF e pelo Ministério Público Federal como chefe do grupo.

As investigações da PF duraram sete meses.

A **Folha** não conseguiu encontrar os advogados de defesa de Alves.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Informe Judiciário

### Calculadora de execução de pena

Na segunda-feira (12), em cerimônia realizada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi lançada oficialmente a calculadora de execução de pena, que permite a emissão de atestados de pena com precisão muito maior do que a que vem sendo utilizada na maioria das Varas de Execuções Penais do país. Essa calculadora foi desenvolvida no ano de 2010 pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Paraná, para utilização no Mutirão Carcerário, pelos funcionários Pablo Damasceno Rattes, João Paulo Ribeiro do Nascimento, Débora Mesadri e Wagner Paulo Martins. Na ocasião, esses funcionários estiveram em Brasília, apresentando a calculadora, que já ganhou prêmios nacionais como o da Conip, em São Paulo, no mês de agosto, na categoria "Judiciário", como destaque do ano e está sendo recomendada para uso por todos os tribunais. Os finalistas do concurso da Conip foram o Tribunal de Justiça do Paraná, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça. O Paraná obteve o 1º lugar. O Tribunal de Justiça de São Paulo é mais um a utilizar-se dessa calculadora, no Mutirão Carcerário que se realiza naquele Estado. O CNJ fez alguns melhoramentos, mas a base da calculadora é toda de iniciativa paranaense. A calculadora ficará à disposição no site do CNJ. O Tribunal de Justiça do Paraná foi representado no evento pelo desembargador Miguel Pessoa.

### 120 anos do TJPR

O Tribunal de Justiça comemora no dia 30 de setembro os 120 anos de sua fundação. A programação começará com uma sessão solene, a partir das 13h30, no Plenário do 12º andar do edifício anexo, com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cesar Peluso; e do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, entre outras autoridades civis e militares. Peluso e Calandra serão homenageados com a medalha do Mérito Judiciário. Em seguida, haverá uma visita às novas instalações do Museu Judiciário, no andar térreo do edifício anexo.

### Ginástica Laboral

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto, lançou na terça-feira (13) o programa de Ginástica Laboral. O lançamento foi às 17h30, no andar térreo do Edifício Anexo, em Curitiba. Inicialmente o programa vai beneficiar cerca de 2,5 mil servidores do Judiciário na Capital. Quinze estagiários de Educação Física passarão diariamente pelos ambientes de trabalho para orientar os servidores a realizarem movimentos que melhorem sua condição física e evitem lesões causadas por esforço repetitivo. A participação dos servidores é fundamental para que o programa de Ginástica Laboral atinja seus objetivos. Mais informações podem ser obtidas no Departamento de Recursos Humanos, no telefone 41 3017 2626, com Luci.

### Direito Constitucional

O magistrado Ruy Alves Henriques Filho lança no dia 27 de setembro, em Curitiba, o livro Processo Constitucional - Aspectos das Decisões Aditivas, Urgências e Oralidade. O lançamento acontecerá às 18h, na Biblioteca da Escola da Magistratura do Paraná (Emap). O autor é juiz da Comarca de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, é doutor pela Universidade de Lisboa, mestre pela Universidade Federal do Paraná e graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1995). O livro é publicado pela Editora Juruá.

21 SET 2011

CONTINUA

# 21 SET 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### CONTINUAÇÃO

#### **Mutirão de conciliação**

O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça realizou entre os dias 29 de agosto a 6 de setembro o Mutirão da Conciliação em processos de cobrança do seguro DPVAT por invalidez. Foram realizadas 410 audiências em processos em trâmite no 1º e 2º graus. Ao todo, foram firmados 209 acordos, num percentual de 50,98% de aproveitamento. O valor total das indenizações pagas pela Seguradora Líder nos acordos obtidos foi de R\$ 685.120,32. O Núcleo de Conciliação agradece a participação dos conciliadores voluntários que auxiliaram no mutirão e dos médicos peritos que realizaram as perícias que antecederam as audiências.

#### **Novo Fórum de Siqueira Campos**

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto, assinou na terça-feira (13) a homologação do processo licitatório para construção do novo Fórum de Siqueira Campos. Serão investidos R\$ 4,034 milhões na obra. O presidente Kfoury Neto assinou também a autorização para licitar a obra de construção do Fórum de Cambará, que terá 1,9 mil metros quadrados e vai custar R\$ 4,5 milhões.

#### **Curso superior de Tecnologia em Gestão Pública**

Noventa servidores do Tribunal de Justiça receberam na segunda-feira (12), às 19h, certificados de conclusão do curso de nível superior oferecido à distância pelo Instituto Federal do Paraná. O curso teve início em 2008 e é uma realização da Escola de Servidores do Poder Judiciário (Eseje). As aulas foram transmitidas via satélite para 14 telessalas em todo o Paraná, o que permitiu a servidores em cidades como Ortigueira, Telêmaco Borba, Cruzeiro do Oeste, entre outras, terem a mesma oportunidade de se formar que servidores dos maiores centros urbanos. O desembargador Noeval de Quadros, conselheiro da Eseje, foi um dos incentivadores dessa capacitação. A colação de grau aconteceu no Tribunal Pleno, no 12º andar do Edifício Anexo, com a presença de várias autoridades, entre as quais o presidente do Tribunal de Justiça e o corregedor-geral da Justiça. A Eseje foi criada ao tempo em que era presidente do Tribunal de Justiça o desembargador Vidal Coelho. Em 2010 iniciou-se uma segunda turma de Tecnologia em Gestão Pública, com cerca de 100 alunos, servidores do TJ na Capital e interior. Esse curso, com aulas nas quintas-feiras pela manhã, deve estender-se até 2012.

#### **Plantão Judiciário**

Os juizes de Direito Aline Passos (1º grau) e Raul Vaz da Silva Portugal (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 19/9/2011 a 26/9/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767.

21 SET 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Juiz derruba sigilo em investigação sobre fraude em concurso público

O juiz titular da 9ª Vara Criminal de Porto Alegre, Carlos Francisco Gross, derrubou o sigilo do procedimento que apura fraudes no concurso público para oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O concurso foi feito em abril de 2010. Agora, fica pública a denúncia contra 16 pessoas oferecida pelo promotor de Justiça Tiago de Menezes Conceição. O pedido para derrubar o sigilo foi feito pelo Ministério Público.

Os denunciados são suspeitos de crime de estelionato na forma tentada (artigo 171, combinado com o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal). O crime prevê pena de reclusão, de um a cinco anos — acrescida de um terço por ser crime cometido em detrimento de entidade de direito público, conforme o parágrafo 3º do artigo 171 — e multa, com redução de um a dois terços da pena.

De acordo com a denúncia, a fraude iniciou com o motorista da Fundação Conesul de Desenvolvimento (responsável pela elaboração do exame), Hélio Cezar Nogueira de Souza. Ele era o encarregado de fiscalizar a impressão das provas e obteve um caderno de questões com ajuda do colega de empresa, o auxiliar administrativo Cristiano Maciel Marian. A prova foi repassada, então, para Mau-

rício de Oliveira Pimentel, com o qual ambos mantinham contatos. Pimentel entregou cópias da prova para a mulher, Andreia Fátima Ottobeli, e para a tia, Darlene de Fátima dos Santos, segundo o Ministério Público.

Outros amigos de Pimentel obtiveram cópias, como Ioná Oliveira Moraes e o esposo Cristiano Correia Moraes, de acordo com o MP. Também receberam a prova Jeanilson Barbosa Duarte, Patrícia Virgínio, Rejane Oliveira Frazão Chaves Ventura e o marido dela, Alexandre Guido Chaves Feitosa Ventura, afirma a denúncia. Outros beneficiados, conforme o MP, foram Rodrigo Carollo de Oliveira e Rodrigo Cauduro. Patrícia Virgínio repassou a prova para o namorado, Milton Potrich Reichmann, para a irmã, Juliana Virgínio, e para o cunhado Eduardo Lokchin. Todos foram denunciados.

Segundo a investigação, os denunciados, exceto aqueles ligados à Fundação Conesul, responderam as 78 questões antes do dia marcado para as provas, estabelecendo um gabarito preliminar. No dia 18 de abril de 2010, eles preencheram a grade de respostas com as alternativas que haviam decorado. Oito pessoas fizeram provas idênticas, e assinalaram, inclusive, as mesmas questões erradas. Durante as in-

vestigações, Maurício de Oliveira Pimentel negou ter contatos com os funcionários da Conesul.

O crime não se consumou por circunstâncias alheias à vontade dos denunciados, já que a comissão responsável pelo concurso desconfiou das notas altas obtidas por candidatos com vínculos pessoais entre si e com provas idênticas e anulou o certame, de acordo com o MP.

21 SET 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# TJ-SP absolve Saulo de Castro da acusação de desacato

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo absolveu, por votação unânime, o secretário de Transportes e Logística do governo paulista, Saulo de Castro Abreu Filho. Ele foi acusado do crime de desacato continuado. O caso envolveu episódio ocorrido em junho de 2006, na Assembléia Legislativa, quando Saulo foi convidado pelos deputados para esclarecer as providências tomadas pelo governo nos ataques do PCC.

A ação foi proposta pelo então procurador-geral de Justiça, Rodrigo César Rebello Pinho. O secretário, que também é promotor de Justiça, integrava o grupo político que fazia oposição ao chefe do Ministério Público paulista. Na época secretário de Segurança

Pública do governo tucano de Geraldo Alckmin, Saulo foi acusado de desacatar nove deputados estaduais, durante reunião na Assembléia Legislativa.

De acordo com a denúncia, o ex-secretário de Segurança Pública ensaiou passos de dança, batucou na mesa enquanto era ouvido, questionou a masculinidade, a honestidade e a inteligência de alguns parlamentares e chegou a erguer o dedo médio para os deputados numa atitude de deboche e provocação.

Na decisão que inocentou Saulo, o Tribunal de Justiça divergiu quanto ao fundamento da absolvição. A maioria (15 votos), capitaneada pelo relator da Ação Penal, desembargador Renato Nalini, entendeu que as

acusações imputadas ao secretário não constituíam crime.

A tese vencida (sete votos), de autoria dos desembargadores Artur Marques e Guilherme Strenger, concluiu havia circunstâncias para autorizar a exclusão do crime. Ou seja, entendeu que, no caso, Saulo reagiu às provocações feitas pelos deputados e, tal reação, está protegida pela lei, o que motivaria a hipótese de exclusão.

“É importante destacar que o próprio Ministério Público, autor da denúncia, requereu ao final a absolvição de Saulo, por ter chegado à conclusão de que, realmente, ele não agiu para ofender os parlamentares”, afirmou o advogado Eduardo Pizarro Carnelós, defensor do secretário.

## Vereadores de MT são condenados após 14 anos

Dois ex-vereadores foram condenados por corrupção em Nortelândia (MT), depois de 14 anos de tramitação do processo, graças ao processo Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça. A meta determina que todos os processos ajuizados há mais de cinco anos sejam julgados pelo Judiciário.

No caso, o ex-presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nortelândia, Célio Benevides de Almeida, foi condenado a oito anos de

reclusão no regime semiaberto pelos crimes de corrupção ativa e denunciação caluniosa. O ex-vereador Lussivaldo Fernandes de Souza foi condenado por corrupção passiva e cumprirá pena no regime aberto. A sentença é da Vara Única de Nortelândia. Cabe recurso.

De acordo com a denúncia, apresentada pelo Ministério Público, os dois vereadores assumiram as cadeiras de vereador em 1997. Com o objetivo de presidir a Casa, Célio de Almeida ofereceu vantagens a Lussivaldo de Souza, em troca de apoio político, segundo os autos.

21 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# MP recorre de decisão que liberou supersalários

Decisão anterior permitia salários acima do teto constitucional

A Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR1) entrou com um recurso na Justiça Federal para tentar derrubar decisão que liberou o pagamento de salários acima do teto constitucional na Câmara dos Deputados. Na semana passada, decisão do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), Olindo Menezes, derrubou entendimento anterior que suspendia o pagamento.

De acordo com o procurador Marcus da Penha Souza Lima, o desembargador distorceu o conceito de ordem pública e “enveredou por trilhas que não parecem as mais adequadas”. No entendimento de Menezes, a suspensão do pagamento poderia gerar danos à ordem pública e a paralisação do trabalho na Casa legislativa, o que foi contestado pelo procurador, para quem não há indícios de que isso ocorreria.

“O que se observa, portanto, é que o debate sobre eventuais danos pelo corte de horas extras é impossível, à míngua de elementos que atestem o prejuízo à continuidade do serviço público”, afirmou o procurador. Ele acredita que, para impedir a realização de horas extras, basta fazer o remanejamento de funcionários.

O procurador também lembra que a incidência do limite constitucional, de R\$ 26,7 mil, não impede horas extras, apenas coloca um limite de pagamento. Ele alega ainda que o juiz de primeiro grau que suspendeu o pagamento embasou seu entendimento em diretrizes firmadas pelo Supremo Tribunal Federal.

“Também é importante registrar o paradoxo que advém de considerar que o cumprimento do teto remuneratório pelos servidores atenta contra a ordem administrativa, uma vez que o preceito normativo que impõe o limite remuneratório partiu justamente do Poder Legislativo”.

No final de agosto, a PRR1 também entrou com recurso contra decisão semelhante que liberou pagamento de supersalários no Senado Federal.

# 21 SET 2011

## JORNAL DO ESTADO

### CÂMARA MUNICIPAL

## OAB/PR diz que vai acompanhar investigações

O presidente da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR), José Lúcio Glomb, afirmou ontem a vereadores da bancada de oposição na Câmara Municipal de Curitiba que a entidade deve acompanhar o processo de investigação em torno das denúncias de irregularidades em contratos de publicidade da Casa que envolvem a gestão de seu atual presidente, vereador João Cláudio Derosso (PSDB). Segundo Glomb, a OAB/PR deve, inclusive, encaminhar documento ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta pela Câmara, vereador Emerson Prado (PSDB), afirmando que a entidade não vai tolerar cerceamento de prerrogativas dos advogados que atuam na assessoria aos integrantes da CPI, no que se refere ao acesso aos documentos da investigação.

“Somos animados e fortalecidos da reunião, porque entendemos a importância da adesão de uma entidade como a OAB na fiscalização da lisura de todo o processo”, disse a presidenta do PT de Curitiba, Roseli Isidoro. “As coisas estão caminhando. Tínhamos receio de que se armasse um grande teatro, pelo jogo de forças na CPI e na própria Câmara em favor de Derosso, e, com

isso, que todos os nossos pedidos fossem negados ou empurrados com a barriga. Mas a pressão funcionou e a insistência da imprensa em cobrar a seriedade nas apurações está sendo fundamental para esse saldo positivo”, disse o vereador Pedro Paulo (PT), que integra a CPI.

Na sessão de segunda-feira, os dois integrantes da bancada de oposição na CPI conseguiram a aprovação de três requerimentos que visam ampliar o controle social sobre as ações da comissão e inibir situações como a obrigação de submeter os pedidos de informações ao próprio Derosso, como previa originalmente o regimento da CPI.

### PARÁ

## Governador demite chefe do Sistema Penal

O governador do Pará, Simão Jatene, exonerou ontem do cargo o superintendente do Sistema Penal (Susipe), major Francisco Mota Bernardes, após tomar conhecimento de que ele não havia tomado providências para apurar a denúncia de que adolescentes frequentavam a colônia penal Heleno Fragoso para manter relações sexuais com os presos.

“É claro que nós sabemos que nenhum servidor público é infalível, mas quando o erro cometido coloca em risco a vida ou a integridade física ou, ainda, atenta conta a dignidade humana os envolvidos devem ser responsabilizados”, afirmou Jatene. O substituto de Bernardes é o major Mauro Barbas.

No sábado passado, a menor T., de 14 anos, denunciou ter ficado quatro dias dentro da colônia onde teria sido, juntamente com outras duas menores, embriagada, drogada e estuprada por vários presos. A garota, que está em um abrigo do Estado, declarou no inquérito que apura o caso ter sido levada para a colônia por uma mulher que conheceu em uma praia perto de Belém.

Jatene havia afastado do cargo, no domingo, o diretor da colônia, Andrés de Albuquerque Núñez. Mas o próprio diretor exibiu à imprensa um ofício datado do começo de setembro em que comunicava à Susipe as facilidades que havia na colônia para a entrada de adolescentes, pedindo ajuda para que o local não se transformasse em uma “casa de prostituição”. Os internos da colônia penal beneficiados pelo regime semiaberto costumam sair do local em grupos de 30.

# 21 SET 2011

## METRO

### OAB apoia investigação contra Derosso



Reunião ontem na OAB resultou em apoio à CPI

O presidente da OAB-PR (Ordem dos Advogados do Brasil), José Lúcio Glomb, disse ontem que vai se reunir com estudantes para tratar de uma mobilização para acompanhar as investigações das irregularidades na Câmara de Curitiba. Glomb, que se reuniu com vereadores de oposição, disse que a entidade está preocupada “para que se observem os princípios da transparência na investigação”.

A OAB vai acompanhar as investigações abertas no Ministério Público do Estado e no Tribunal de Contas, além da CPI constituída na Câmara para apurar os contratos de publicidade da casa. “Quem não tem nada a esconder, também não tem nada a temer”, disse o presidente da entidade.

O apoio da OAB animou os dois vereadores de oposição que integram a CPI. “As coisas estão caminhando. Tínhamos receio de que se armasse um grande teatro, pelo jogo de forças na CPI e na própria Câmara em fa-

vor de Derosso”, disse o vereador Pedro Paulo (PT).

A CPI da Câmara investiga o gasto de R\$ 31 milhões em publicidade pela casa entre 2006 e 2010. Uma das empresas contratadas pertence à atual mulher do presidente da Câmara, João Claudio Derosso (PSDB), que era funcionária do Legislativo quando houve a licitação. A comissão deve ter nova reunião hoje. Conforme foi deliberado na segunda, as sessões serão abertas.

● METRO CURITIBA

Idoso é preso em lan-house, baixando fotos de crianças nuas pela internet. Ele já havia sido preso pelo mesmo crime

# Tarado aos 70 anos

**U**m homem, de 70 anos, foi preso em flagrante suspeito de pedofilia, na tarde de ontem, no Centro. Odair Orlando Heinisch, fotógrafo aposentado, foi encontrado por policiais militares, na lan-house de um shopping da Praça Rui Barbosa após denúncia anônima. Com o idoso, a polícia apreendeu três CDs e dois pen-drives com mais de 4 mil fotografias e vídeos pornográficos de meninas entre 4 e 15 anos. Segundo a polícia, Odair foi detido em 2009, suspeito da morte de Rachel Genofre, encontrada numa mala na rododferroviária.

A tenente Caroline Bail, do 12.º Batalhão da Polícia Militar, explicou que a equipe recebeu denúncia via telefone 181 e, por volta das 12h30, flagrou Odair baixando imagens de sites estrangeiros de conteúdo erótico.

De acordo com o delegado Vinícius Borges Martins, do 1.º Distrito Policial, Odair é divorciado e morava num hotel no centro de Curitiba. "Ele disse que passou a morar no hotel depois que a família descobriu esse comportamento e o abandonou. Mas, aparentemente, não há indício que ele levava crianças para seu quarto", disse o delegado.

## Autuação

Odair foi autuado por adquirir fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente (artigo 241 B do Estatuto da Criança e do Adolescente - lei 8069). Como a pena de reclusão é de 1 a 4 anos, e multa, poderia ser arbitrada fiança, porém, o delegado preferiu mantê-lo preso por o idoso ser reincidente no crime. "Fica a cargo do juiz decidir se cabe fiança", explicou.

O suspeito, conforme o delegado, já tinha sido indiciado como suspeito da morte de Rachel Genofre - que foi encontrada morta dentro de uma mala em 2008 e cujo assassino ainda não foi preso - mas foi liberado após prestar depoimento e ceder material genético. No ano passado, ele voltou a ser preso pela Polícia Federal também com conteúdo pornográfico e foi solto em janeiro, mediante alvará.



Odair diz que não sente nada.

CONTINUA

21 SET 2011

# TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

## Hábito imoral e criminoso

Pelo menos uma vez por mês, Odair costumava ficar na lan house por quatro a cinco horas, baixando pornografia. A atitude chamou a atenção do dono do estabelecimento. Ontem, na delegacia, ele disse que simplesmente não consegue controlar sua atração por crianças. "É coisa de quem está sozinho e não tem prazer pela vida. Achei essa porcaria já faz dois anos. Não consigo me livrar disso. É fácil de achar. Tem milhares de fotos", disse. "Quando vejo as fotos dá um branco. Eu não

sinto nada. Como sempre trabalhei com fotografia, vejo apenas a beleza das fotos".

Como os sites são estrangeiros, o delegado informou que entrará em contato com a Polícia Federal, que por sua vez, deverá contatar a Interpol para investigar os responsáveis pela divulgação das imagens. "São cenas de crianças nuas e fazendo pose sensual", descreve o delegado. Vinícius pediu para que Odair fique em uma cela separada, no Centro de Triagem II, em Piraquara.

# CNJ 20 SET 2011

## Curso destaca importância da conciliação para Judiciário brasileiro

A mediação e a conciliação, mais do que apenas solucionar processos judiciais, ajudam a pacificar a sociedade e as pessoas. Assim a juíza titular da 2ª Vara de Família de Jundiaí/SP, Valéria Ferioli Lagrasta Luchiari, sintetizou a importância da mediação e da conciliação, como forma de resolução de litígios pelo Judiciário brasileiro. A juíza declarou, durante a abertura do Curso de Formação de Instrutores de Métodos Consensuais de Resolução de Conflito, nesta segunda-feira (19/09), que está sendo promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com apoio da Secretaria de Reforma do Judiciário - Ministério da Justiça.

O curso, o primeiro a ser realizado pelo CNJ, está acontecendo no auditório do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em Brasília, e é ministrado para servidores dos tribunais. "Com o curso iniciamos a formação de uma rede de instrutores em mediação nos diversos tribunais estaduais brasileiros", afirmou um dos instrutores, o servidor Marcelo Girade Correa, que juntamente com o Juiz André Gomma de Azevedo organizou o material pedagógico que está sendo distribuído aos participantes.

**Alinhamento** - Com a distribuição de apresentações em powerpoint, vídeos de simulações de mediações, exercícios simulados e o Manual de Mediação Judicial o curso pretende alinhar os treinamentos em conciliação e mediação dos tribunais estaduais à Resolução 125, do CNJ. A resolução estabeleceu as diretrizes para implantação dessa prática consensual de resolução de conflito e instituiu, no Judiciário brasileiro, a chamada Política Nacional de Conciliação.

Segundo Gomma, já estão sendo organizados sete treinamentos, em outubro e novembro, com os novos instrutores formados neste curso. Os novos tribunais poderão, após estágio supervisionado desses novos mediadores, encaminhá-los para treinamentos futuros de novos instrutores em mediação e conciliação.

"A mediação bem feita encerra a demanda judicial; gera resultados bons e de longo prazo. Por isso, a expectativa que tenho em relação ao curso é de que qualifique instrutores e mediadores para que tenhamos cada vez menos execuções após os acordos", enfatizou a servidora do TJDFT Cristiane Moroishi, que trabalha com a prática consensual de conflito há oito anos.

**Fortalecimento** - À frente do Núcleo de Capacitação e Treinamento das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem do TJPE, a servidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Vânia Loureiro vai mais longe. Para ela, a padronização e a qualidade dos procedimentos dos mediadores e conciliadores são fundamentais para manter viva essa prática jurídica que visa à pacificação. "A mediação no Brasil só será fortalecida se praticarmos a mesma linha, falarmos a mesma linguagem. Se cada tribunal agir isoladamente esse grande e importante trabalho será perdido", alertou.

Durante a palestra de introdução ao curso, Marcelo Girade lembrou que a mediação não é mais uma opção; consiste numa política pública nacional. A formação de instrutores faz parte dessa cadeia de procedimentos necessários para torná-la uma atividade institucional. "Já não estamos mais na fase de questionarmos a importância desse processo. Precisamos é padronizar essa formação pois o mediador é o elo mais forte dessa cadeia", completou. O curso de formação de instrutores em mediação e conciliação terá ao todo 40 horas e vai até sexta-feira (23). Essa primeira turma conta com 20 alunos, todos servidores do judiciário brasileiro.

# Ministra Eliana Calmon encerra mutirão judiciário em São Paulo

# CNJ

# 20 SET 2011



A ministra Eliana Calmon, corregedora Nacional de Justiça, participa nesta quarta-feira (21/09), na sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), em São Paulo, da solenidade de encerramento do mutirão do programa Judiciário em Dia. O evento será às 15 h, na Avenida Paulista, 1842, no auditório do 25º andar.

O programa Judiciário em Dia, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, tem o objetivo de acelerar o julgamento dos processos em tramitação na Justiça Federal. O trabalho tem sido realizado por meio de esforço concentrado de magistrados, servidores, Tribunais Regionais Federais e Ministério Público Federal.

**Meta 2** - No âmbito do TRF 3, especificamente, foram submetidos a julgamento os processos para cumprimento integral da Meta 2 (de 2010) estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - ou seja, processos que ingressaram no tribunal até 31 de dezembro de 2006. Em um ano, mais de 84 mil processos foram julgados naquele tribunal.

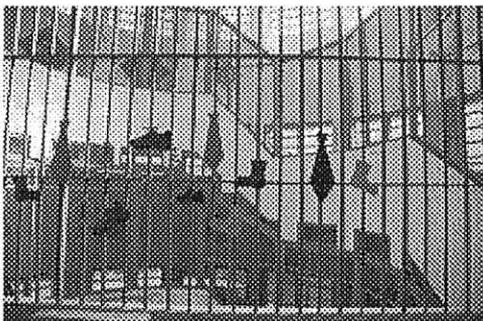
O mutirão do Judiciário em Dia foi coordenado, no TRF 3, pela juíza federal Mônica Neves Aguiar da Silva (representante do Conselho da Justiça Federal), pelo juiz federal Ávio Novaes (que auxiliou os trabalhos do CNJ e do CJF) e pelo desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, assessor do CNJ.

**Metodologia** - O mutirão “Judiciário em Dia” implantou uma nova metodologia de trabalho e uma rotina cartorária que dinamizou a prestação jurisdicional. O trabalho inaugurou, dessa forma, um novo modelo de gestão na administração dos processos.

*Gilson Luiz Euzébio com TRF 3*

# Permanência de adolescentes em cadeias é um problema em MG, revela relatório

## CNJ 20 SET 2011



A apreensão de adolescentes em delegacias por tempo superior ao permitido em lei é um dos principais problemas do sistema socioeducativo de Minas Gerais, aponta relatório do Programa Justiça ao Jovem, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento traz uma radiografia da execução da medida de internação aplicada aos jovens envolvidos em atos infracionais naquele Estado. As visitas ocorreram de 20 a 29 de março.

Na ocasião, 88 adolescentes estavam detidos em estabelecimentos prisionais.

O número de adolescentes nos estabelecimentos prisionais mineiros, no entanto, era bem maior. O programa Mutirão Carcerário – também desenvolvido pelo CNJ para analisar as condições da execução penal no Brasil – constatou, no segundo semestre do ano passado, a presença de 192 adolescentes recolhidos em cadeias. Segundo o artigo 185, parágrafo 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os jovens apreendidos em flagrante por prática de ato infracional considerado grave só podem permanecer em delegacias por tempo máximo de cinco dias. E isto apenas nas localidades onde não houver unidades de internação próprias para recebê-los. Nesse caso, os adolescentes têm de ficar em celas separadas das destinadas a adultos.

Por ocasião do evento de encerramento da visita do programa Justiça ao Jovem, em Minas Gerais, o secretário de Defesa Social e o subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas daquele Estado comprometeram-se a resolver o problema em até 90 dias. Além disso, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do projeto Novos Rumos, que tem como um de seus objetivos monitorar a internação de adolescentes, em juntamente com a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), tem feito levantamentos periódicos para o acompanhamento. Unidades - "A situação vem diminuindo desde o ano passado. Mas ainda não foi completamente solucionada", afirmou Daniel Issler, juiz auxiliar da presidência do CNJ e um dos coordenadores do Programa Justiça ao Jovem.

**Problema antigo** - A permanência de adolescentes em cadeias é um problema antigo no Estado de Minas Gerais. A principal razão é o déficit de vagas no sistema socioeducativo. A construção de novas unidades de internação tem contribuído para amenizar a situação. Atualmente, Minas Gerais conta com 19 estabelecimentos situados nas cidades de Uberaba, Uberlândia, Patrocínio, Pirapora, Montes Claros, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Divinópolis, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Belo Horizonte. No entanto, elas ainda são insuficientes para atender o Estado, que tem o maior número de municípios do Brasil (853 no total).

Outra constatação feita em Minas Gerais está relacionada à postura de parte dos monitores responsáveis pelo atendimento ao jovem em conflito com a lei. Conforme o

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO CNJ 20 SET 2011

relatório, muitos se apresentam uniformizados como se fossem policiais – com a utilização de calça, coturno, camiseta para dentro e cinto. Verificou-se também abuso em relação ao uso de algemas, como forma de conter ou punir os adolescentes. Foram noticiadas situações nas quais adolescentes são algemados em posições incômodas, por longos períodos de tempo. As autoridades com atribuição para investigação e responsabilização foram informadas para que possam atuar.

“Os adolescentes precisam ser vistos como pessoas em desenvolvimento. Não podem ser tratados da mesma forma que os adultos. Infelizmente, ainda existe uma visão, por parte de alguns agentes, que é mais prisional e penalista. Tanto que muitos deles se portam como agentes de segurança”, afirmou Daniel Issler, explicando que no relatório do Justiça ao Jovem sobre o sistema socioeducativo mineiro, o CNJ também propõe medidas ao Poder Judiciário, como a uniformização de fluxos nos processos de execução da medida.

**Melhorias no sistema-** Apesar desses problemas, o Programa Justiça ao Jovem constatou melhorias no sistema de internação mineiro. Segundo o relatório, de um modo geral, os adolescentes têm acesso à escolarização e a profissionalização é bastante valorizada. A alimentação também foi considerada de boa qualidade, sendo servida em quantidade suficiente.

Com relação às unidades visitadas, algumas ainda possuem arquitetura prisional, com alojamentos que se assemelham a celas, com muitos cadeados e forte vigilância, assim como a presença de agentes de segurança até mesmo dentro das salas de aula. Algumas unidades – como a Dom Bosco, a Santa Terezinha e os alojamentos do Centro Integrado de Atendimento, todas em Belo Horizonte – se encontravam degradadas por ocasião das visitas, e o Programa recomendou que fossem reformadas.

No entanto, as equipes do CNJ encontraram unidades consideradas muito boas no que diz respeito às instalações. No CESEU de Uberlândia, por exemplo, os espaços para internação provisória e definitiva são totalmente separados e localizados em prédios amplos e arejados. Também chamou a atenção positivamente o CIAAP (Centro de Integração e Apoio de Patrocínio), cujos ambientes são arejados, limpos e humanizados. “O sistema socioeducativo de Minas Gerais vem numa linha de melhorias, denotando preocupação das autoridades estaduais para com o correto atendimento dos adolescentes”, conclui o relatório.

**Radiografia** - O Programa Justiça ao Jovem foi criado em junho do ano passado, para realizar uma radiografia da execução da medida socioeducativa de internação aplicada aos adolescentes em conflito com a lei, em todo o Brasil. Equipes do CNJ passaram por praticamente todos os Estados. O último é São Paulo, em que as visitas às unidades de internação deverão ser concluídas até o final de outubro. A expectativa é que o relatório nacional seja divulgado até o fim do ano.

# CONJUR

## Juiz derruba sigilo em investigação sobre fraude

### 20 SET 2011

O juiz titular da 9ª Vara Criminal de Porto Alegre, Carlos Francisco Gross, derrubou o sigilo do procedimento que apura fraudes no concurso público para oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O concurso foi feito em abril de 2010. Agora, fica pública a denúncia contra 16 pessoas oferecida pelo promotor de Justiça Tiago de Menezes Conceição. O pedido para derrubar o sigilo foi feito pelo Ministério Público.

Os denunciados são suspeitos de crime de estelionato na forma tentada (artigo 171, combinado com o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal). O crime prevê pena de reclusão, de um a cinco anos — acrescida de um terço por ser crime cometido em detrimento de entidade de direito público, conforme o parágrafo 3º do artigo 171 — e multa, com redução de um a dois terços da pena.

De acordo com a denúncia, a fraude iniciou com o motorista da Fundação Conesul de Desenvolvimento (responsável pela elaboração do exame), Hélio Cezar Nogueira de Souza. Ele era o encarregado de fiscalizar a impressão das provas e obteve um caderno de questões com ajuda do colega de empresa, o auxiliar administrativo Cristiano Maciel Marian. A prova foi repassada, então, para Maurício de Oliveira Pimentel, com o qual ambos mantinham contatos. Pimentel entregou cópias da prova para a mulher, Andreia Fátima Ottobeli, e para a tia, Darlene de Fátima dos Santos, segundo o Ministério Público.

Outros amigos de Pimentel obtiveram cópias, como Ioná Oliveira Moraes e o esposo Cristiano Correia Moraes, de acordo com o MP. Também receberam a prova Jeanilson Barbosa Duarte, Patrícia Virgínio, Rejane Oliveira Frazão Chaves Ventura e o marido dela, Alexandre Guido Chaves Feitosa Ventura, afirma a denúncia. Outros beneficiados, conforme o MP, foram Rodrigo Carollo de Oliveira e Rodrigo Cauduro. Patrícia Virgínio repassou a prova para o namorado, Milton Potrich Reichmann, para a irmã, Juliana Virgínio, e para o cunhado Eduardo Lokchin. Todos foram denunciados.

Segundo a investigação, os denunciados, exceto aqueles ligados à Fundação Conesul, responderam as 78 questões antes do dia marcado para as provas, estabelecendo um gabarito preliminar. No dia 18 de abril de 2010, eles preencheram a grade de respostas com as alternativas que haviam decorado. Oito pessoas fizeram provas idênticas, e assinalaram, inclusive, as mesmas questões erradas. Durante as investigações, Maurício de Oliveira Pimentel negou ter contatos com os funcionários da Conesul.

O crime não se consumou por circunstâncias alheias à vontade dos denunciados, já que a comissão responsável pelo concurso desconfiou das notas altas obtidas por candidatos com vínculos pessoais entre si e com provas idênticas e anulou o certame, de acordo com o MP. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MP-RS.*

# CONJUR

***Jornal de Brasília* não deve indenizar**

**Jaqueline Roriz**

**20 SET 2011**

A Justiça do Distrito Federal negou um pedido da deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF) de reparação por danos morais em ação movida contra o *Jornal de Brasília*. Ela pediu indenização por ter tido seu nome vinculado ao esquema de corrupção descoberto pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal. Cabe recurso.

Na reportagem, Jaqueline Roriz aparece como uma das beneficiárias de um esquema de corrupção em que deputados distritais recebiam pagamento para votarem a favor de projetos do governo. O esquema ficou conhecido como mensalão do DEM, em referência ao partido do então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

Em sua defesa, o *Jornal de Brasília* alegou que as informações são verdadeiras e fazem parte de operação da Polícia Federal que apurava denúncias de corrupção dentro do governo do Distrito Federal. O nome da deputada, segundo o jornal, aparecia em uma planilha com os possíveis beneficiários do esquema. O jornal afirmou, ainda, que Jaqueline foi ouvida e sua manifestação publicada.

O juiz de primeira instância afirmou que "a questão é saber se a matéria jornalística divulgada pelos réus ultrapassou os limites da liberdade de imprensa e do direito de crítica". Segundo ele, a reportagem "narra um suposto esquema de corrupção que ainda, à época, estava pendente de investigação. Ora, se o nome da autora figurava em documentos periciados pelo órgão investigativo, a ilação não era totalmente desarrazoada, e, portanto, inapta a gerar indenização por dano moral".

Ele afirmou que, mesmo que as informações da reportagem sejam falsas, não foi constatada a intenção de ofender a deputada. "Isto porque no conflito do direito do autor com a liberdade de imprensa e de opinião, deve ser prestigiada esta última em razão da supremacia do interesse público."

O juiz, então, negou o prosseguimento da ação e condenou Jaqueline Roriz ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 1,5 mil para cada um dos réus — o *Jornal de Brasília* e a repórter. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-DF.*

**Processo 01.1.161830-7**

# CONJUR

## Deputado não tem foro privilegiado em ação cível

### 20 SET 2011

A desembargadora federal Sílvia Goraieb, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, rejeitou recurso do deputado federal José Otávio Germano (PP-RS) e o manteve como réu da Operação Rodin, que investiga improbidade administrativa. A decisão foi publicada nesta segunda-feira (19/9) no *Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região*.

José Otávio ajuizou recurso no Tribunal, após ter seu pedido negado pela juíza federal Simone Barbisan Fortes, da Justiça Federal de Santa Maria (RS). O deputado alega que deveria ter foro privilegiado e que as provas apuradas foram obtidas de forma ilícita e emprestadas do processo criminal.

Segundo a desembargadora, o foro privilegiado é prerrogativa do cargo de deputado apenas nas ações penais, não sendo necessário nas ações de natureza civil.

Quanto às provas, conforme Sílvia, “a descoberta ocasional de indícios de participação de José Otávio não invalida a prova ou macula o inquérito civil”. Para a desembargadora, a atuação do MPF de buscar novos indícios após captar o nome do deputado nas gravações é consequência lógica e razoável.

O argumento de que a ação de improbidade não poderia utilizar provas da ação criminal também foi refutado pela desembargadora Sílvia. Ela ressaltou que tomar emprestadas as provas é procedimento legal, contanto que sejam expostas ao contraditório e à ampla defesa.

A Operação Rodin, da Polícia Federal, desarticulou, em 2007, grupo que desviava recursos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RS). Trinta e nove pessoas foram denunciadas e hoje respondem a diversos processos nas instâncias criminal e cível da Justiça Federal. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.*

# CONJUR

## Editora é condenada por publicar suposto off

20 SET 2011

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro condenou a editora Escala Ltda pela veiculação de suposto off (jargão jornalístico que designa declaração que não deve ser noticiada ou não ter a fonte revelada). Para o TJ-RJ, a condenação deve ser imposta independentemente da declaração ser ou não verdadeira, pois a publicação deste tipo de informação viola a boa-fé e a ética.

O caso trata de entrevista publicada na revista “Flash News”. A conversa com o ator e produtor Pedro Neschling foi gravada e teria focado a vida pessoal e profissional do artista. Mas, o enfoque da publicação foi uma declaração supostamente feita por Neschling em off que conteria crítica a colega de profissão.

Segundo a petição, a publicação “leviana, inverídica e antiética” de declaração “que jamais fora produzida pelo ator” sobre o colega de emissora Gustavo Leão causou “sentimentos de fúria, revolta e indignação” no entrevistado, porque “totalmente divorciada da realidade, de seus valores e crenças”. A veiculação teria abalado profundamente seu relacionamento profissional com colegas e diretores. Ainda conforme a petição, não se poderia admitir que a revista usasse a imagem do ator para publicar notícia “mentirosa, de cunho sensacionalista, violando seus direitos de personalidade”.

A declaração que originou a disputa constou na capa da revista e na primeira página da entrevista. Uma das chamadas teria dito: “Ator fala de família e de sua preocupação com a qualidade profissional de seus colegas”. Um destaque da foto de página inteira do entrevistado também haveria trazido: “Será que tem talento ou é mais uma carinha bonita?”, sobre Gustavo Leão.”

NA abertura da entrevista teria constado a seguinte redação: “Pedro Neschling é um ator de muita personalidade e determinação na carreira, tanto quanto não poupa alguns de seus colegas de trabalho — jovens como ele — e é categórico em dizer que muitos deles não conseguem seguir em frente na profissão, pois para se firmar no meio artístico, é preciso muito mais que um rostinho bonito.

A defesa da revista alegou que o trecho, apesar de não gravado, foi testemunhado pelo repórter. Além disso, pelo contexto da reportagem, seria possível perceber que a crítica era dirigida à cobertura da mídia com relação aos atores iniciantes, e não ao colega de profissão.

Para o juiz da ação, o ator — conhecido e experiente, apesar de jovem — teria conhecimento do modo de atuação da mídia, que “sempre buscou dar tom sensacionalista nas matérias que envolvem o mundo artístico”. “E não é somente o mundo artístico que deve ter redobrada atenção com a atuação da imprensa. Todos aqueles que concedem entrevistas e aparecem na mídia com algum destaque têm consciência de que tudo o que é dito pode ser registrado”, afirma a sentença.

**CONTINUA**

## **CONTINUAÇÃO CONJUR 20 SET 2011**

“E não são poucas as vezes em que os repórteres agem de má-fé, repassando apenas trechos isolados das entrevistas, dando conotação diversa da ideia do entrevistado sobre determinado assunto, no intuito de causar polêmica e oferecer produto mais vendável”, acrescentou o juiz. Para ele, a questão deveria ser analisada nesse contexto, levando-se em conta as “imperfeições da imprensa” no “plano do aceitável”.

Mesmo rejeitando o pedido do autor, o juiz conclui que, sendo a preocupação do ator acabar com qualquer mal entendido com o colega de profissão, “esta sua investida cumpriu tal finalidade”.

### **Boa-fé e ética**

O TJ-RJ divergiu da primeira instância. Para os desembargadores, “se a entrevista já estava encerrada quando o ator supostamente teria proferido tal afirmação, forçoso reconhecer que as regras de boa-fé objetiva e eticidade indicam que declarações prestadas informalmente e sem prévio conhecimento do interlocutor sobre sua veiculação não poderiam vir a ser objeto de manchete jornalística, tampouco transformada no objeto central da reportagem”.

Ainda segundo o TJ-RJ, como a própria editora afirma que as declarações teriam sido feitas após a entrevista, não seria nem mesmo necessário apurar se o ator efetivamente as teceu ou não. O tema “qualidade profissional dos colegas de profissão” sequer fazia parte das perguntas feitas pelo repórter ao ator, apontou o relator da decisão.

O TJ-RJ concluiu que a publicação de eventual frase dita em contexto genérico, em conversa informal, sem consentimento e após entrevista constitui abuso de direito gerador de dano passível de indenização. Para o TJ-RJ, o ato da revista causou dano moral ao ator, que deverá ser compensado em R\$ 26 mil.

**Ag 1396574**